



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2009



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	3
II – AUTO-AVALIAÇÃO	6
II. 1 - DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2009	6
II. 2 - AUTO-AVALIAÇÃO – RESULTADOS ALCANÇADOS	8
II.2. 1 – FONTES DE VERIFICAÇÃO	12
II.2.2 – ACTIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREAS TEMÁTICAS	14
II.3 – AUTO-AVALIAÇÃO – INFORMAÇÃO ADICIONAL	31
II.3.1 – AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	31
II.3.1.1 – RECURSOS HUMANOS	31
II.3.1.2 – RECURSOS FINANCEIROS	32
II.3.2 – APRECIAÇÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	34
II.3.3 – AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO	35
II.3.4 – ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE ACÇÕES OU PROJECTOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES	38
II.3.5 – DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO	38
II.3.6 – COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL	39
II.3.7 – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	40
III – SINTESE DO BALANÇO SOCIAL	40
IV – AVALIAÇÃO FINAL	50

I – INTRODUÇÃO

Por comparação com o ano de 2008, marcado por um conjunto de acontecimentos singulares, o ano de 2009 caracterizou-se por uma menor instabilidade, proporcionada, nomeadamente, pela conclusão dos processos de racionalização das instalações (redução para apenas 3 edifícios) e de extinção dos GAT (embora a colocação em SME especial e voluntária de alguns funcionários só tenha sido encerrado nos finais do 1º semestre de 2009). No plano interno foi assim possível dar passos em frente na área dos sistemas de gestão (sistema integrado), mesmo num contexto marcado pelas naturais dificuldades registadas na operacionalização de um “back-office” comum com a ARH.

Em 2009 mantiveram-se infelizmente algumas tendências já registadas em anos anteriores, nomeadamente: insuficiência na cobertura das RCP e CGA pelas transferências do OE (taxa de cobertura de 93%); quebra das receitas próprias relativamente ao orçamentado (quebra de 67%); diminuição de cerca de 50% da dotação PIDDAC; insuficiência de recursos humanos (saída de 12 efectivos durante o ano – de 125 para 113 – e défice relativamente ao quadro de pessoal – 132 – estabelecido no QUAR); extrema morosidade nos processos de recrutamento de pessoal e algumas dificuldades nas aquisições via ANCP.

Apesar deste quadro difícil, foi possível cumprir os objectivos definidos no âmbito do QUAR (dos 7 objectivos fixados, 5 foram superados e 2 atingidos), não só porque estes foram definidos de forma realista, tendo em conta os meios disponíveis, mas também devido ao empenho da generalidade dos trabalhadores da CCDR Algarve. Mas, tal como já referido relativamente a 2008, este “*quadro de escassez estrutural de recursos obstou a que a CCDR assumisse um papel mais proactivo, em linha com a missão ampla que lhe é regulamentarmente consagrada e com as expectativas que a região nela deposita*”.

Em termos sumários, são dignas de destaque as seguintes actividades levadas a cabo pelas Direcções de Serviço e Divisões:

a) Ordenamento do Território

Destaque para o processo de implementação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), com a realização de 4 reuniões do Observatório do PROT e mais de duas dezenas de Conferências de Serviços solicitadas pelas Autarquias no quadro de processos

de alteração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), num contexto de insuficiência crónica de recursos, particularmente na área jurídica e SIG.

b) Ambiente

Destaque para a participação na implementação do Plano Nacional de Erradicação de Sucatas do MAOTDR, que permitiu a remoção de 27 sucatas durante o ano de 2009 (num universo de 112 identificadas e num total de 63 já eliminadas), e para a entrada em funcionamento da plataforma electrónica do REAI - Regulamento do Exercício da Actividade Industrial, com transmissão de pareceres por via electrónica. Relativamente a um dos objectivos definidos, a reestruturação da rede da qualidade do ar, o processo foi lançado mas não concluído (sê-lo-á em 2010), já que a candidatura de suporte só foi aprovada em Novembro de 2009.

c) Desenvolvimento Regional

Destaque para a implementação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais, com o envolvimento alargado de entidades regionais, e para a preparação da versão 0 do Boletim de Conjuntura, bem como para o desenvolvimento de várias acções de divulgação e debate de temas regionais ("Cafés Doglioni", Seminário Áreas de Acolhimento Empresarial, Agenda do Mar, Náutica de Recreio), para a dinamização da Cooperação Transfronteiriça e para a avaliação e acompanhamento das duas Estratégias de Eficiência Colectiva – PROVERE reconhecidas para a região: Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana. Destaque igualmente para os avanços significativos no projecto "Algarve Acolhe", que entrou na sua fase operacional e que tem despertado o interesse e a adesão dos principais agentes públicos e privados regionais.

d) Apoio Jurídico e Administração Local

Destaque para a instrução de 200 processos de contra-ordenação por infracções à legislação em vigor e para a elaboração de uma publicação com os projectos executados no período 2006-2009 no âmbito do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva (apresentada no Workshop "Património Cultural e Conservação de Edifícios").

e) Gestão Administrativa e Financeira

Destaque para a introdução da contabilidade patrimonial (POC P) e para a implementação do Sistema Integrado de Gestão para a Nova Gestão da Administração Pública (SINGAP), que permitiu pela primeira vez integrar todas as áreas de apoio à gestão dos serviços,

nomeadamente, as áreas financeira, compras, produtos e existências, immobilizado e recursos humanos

f) Fiscalização

Destaque para as acções de fiscalização relacionadas com os resíduos (Plano Nacional de Erradicação de Sucatas) e com a REN, num contexto de crise acentuada dos recursos humanos disponíveis (saída de 1 dos 2 vigilantes).

g) Sistemas de Informação

Destaque para a implementação do projecto de organização da rede entre edifícios, com a criação de novas VLAN, reestruturação dos bastidores e reorganização da ligação do Blade Center ao core da rede e modernização das Plataformas tecnológicas.

h) Gestão de Fundos Comunitários

Destaque para os trabalhos de encerramento do PROAlgarve (o fecho foi adiado de 31/12/2008 para 30/06/2009) e para a continuidade na abertura de avisos e aprovações no Programa Operacional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21 – no qual em 2009 foram aprovados 71 projectos (41.181.349€ FEDER em acumulado).

Ainda relativamente ao PO Algarve 21, foram enviados em Dezembro de 2009 os últimos elementos solicitados pela IGF referentes à **Descrição do Sistema de Gestão e Controlo (DSGC)** (posteriormente enviados à Comissão Europeia em 2010) e foi efectuada a 1^a certificação de despesa através do Sistema de Informação definitivo dentro do prazo regulamentar limite (31/10/2009).

II – AUTO-AVALIAÇÃO

A auto-avaliação efectuada baseou-se nos vários instrumentos de gestão, como o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), o Plano de Actividades, o Balanço Social e a execução orçamental do ano 2009.

II.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS OPERACIONAIS – QUAR 2009

Tendo presente a experiência do ano anterior, foram definidos os objectivos estratégicos e operacionais numa lógica de top-down (hierarquia e inter-relação dos objectivos) e segundo a metodologia explicitada no Quadro 1 apresentado adiante.

- **1º Nível - Objectivos Estratégicos do QUAR base** – de 5 objectivos estratégicos plurianuais, identificados aquando da introdução da avaliação dos serviços no ano de 2008 - SIADAP 1.
- **2º Nível - Objectivos Operacionais QUAR 2009** – definição de 7 objectivos operacionais, tendo presente os objectivos de 1º nível, as orientações da tutela, o plano de actividades para 2009, assim como os recursos financeiros, humanos e materiais.
- **3º Nível - Objectivos Operacionais por Unidade Orgânica** – definição de 3 objectivos (em média) por unidade orgânica, identificando os que contribuem para os objectivos operacionais de 2º nível. O somatório dos objectivos fixado no conjunto das unidades orgânicas excedeu o número de objectivos definidos no QUAR 2009, já que as atribuições das unidades orgânicas não se esgotam nas áreas cobertas pelo QUAR.

A aferição dos resultados e dos desvios foi efectuada regularmente, tendo por base esta estrutura hierarquizada de objectivos. No Anexo I incluem-se as fichas por objectivo estratégico, com o reporte dos resultados e dos desvios ocorridos em cada objectivo operacional.

No ano 2009 foi adquirido o software do *Balanced Score Card* com o objectivo de se proceder à gestão do processo de avaliação. Como a implementação desta ferramenta ocorreu numa fase posterior (2º semestre de 2009) em que o processo de avaliação já estava em curso, optou-se por adiar a sua utilização para o próximo ano. Todavia, o controlo interno e o sistema de monitorização do QUAR foram estruturados de forma a garantir que as informações em que se baseia este relatório sejam rigorosas e traduzam o desempenho das unidades orgânicas.

QUADRO 1 - OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS VERSUS OS OBJECTIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS

Objectivos Estratégicos	Objectivos das Unidade Orgânicas (UO)			Relação c/ Objectivos Operacionais do QUAR
	UO	N.º	Designação	
<i>I – Criar as condições para o desenvolvimento regional sustentável, numa perspectiva de valorização da natureza, do ambiente e do território.</i>	DVC	I.2	Reducir os passivos ambientais da região	OB 3
	DSA	I.4		
<i>II – Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional das orientações em termos de desenvolvimento regional, de políticas públicas ao nível da região, da promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação.</i>	DSDR	II.1	Incrementar a capacidade de Observação das Dinâmicas Regionais.	OB 2
<i>III – Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do PROTAL</i>	DSOT	III.1	Dinamizar a implementação do PROT Algarve	OB 1
<i>IV – Contribuir para uma aplicação dos fundos comunitários que promovam eficazmente a competitividade e desenvolvimento económico e social da região</i>	Gestão de Fundos Comunitários (PROALGARVE) / DP	IV.1	Garantir que 75% dos pedidos de pagamento do PROALGARVE apresentados pelos beneficiários e respectivo pagamento se realize no prazo inferior a 30 dias úteis	OB 5
	DSDR	II.3	Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional	OB 4
	DSDR Dcoop	IV.6	Assegurar a representação externa da CCDR nos organismos internacionais de que é membro: CRPM, CIM, Comissão do Arco Atlântico, bem como nas reuniões dos órgãos de gestão dos Programas de Cooperação em vigor no presente ano, desde que assegurados os meios financeiros adequados	OB 4
	DSDR Dcoop	IV.8	Dinamizar a Cooperação Transnacional e Interregional, através da sua divulgação na página Web da CCDR, fomento de parcerias e apoio à instrução de candidaturas, através da emissão de pareceres de enquadramento regional	OB 4
<i>V – Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil.</i>	DSCGAF	V.12	Monitorizar a execução orçamental definindo e imputando as despesas por Centros de Custos e garantir que os desvios orçamentais não são superiores a 15% face ao orçamentado corrigido	OB 7
	DSCGAF	V.13	Implementar o Sistema Integrado de Gestão até 31/12/2009 e elaborar um relatório de apoio à decisão com a informação custos/proveitos por unidade orgânica	OB 6
	DSCGAF	V.14	Garantir um prazo médio de resposta às solicitações externas (MAOTDR, DGO, DSPIDDAC, Tribunal de Contas, Auditorias, de 5 dias úteis	OB 5

II.2 – AUTO-AVALIAÇÃO – RESULTADOS ALCANÇADOS

Em conformidade com o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, a auto-avaliação é feita com base no QUAR aprovado, evidenciando os resultados alcançados e os desvios registados.

De seguida sintetizam-se nos Quadros 2 e 3 os resultados atingidos nos sete objectivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização referente ao ano 2009.

Pela análise da informação disponível concluiu-se que a CCDR Algarve superou 5 dos objectivos tendo atingido os 2 restantes.

QUADRO 2 – GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS OPERACIONAIS

OBJECTIVOS OPERACIONAIS			META ANO N	GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS			
				RESULTADO	SUPERADO	ATINGIDO	NÃO ATINGIDO
EFICÁCIA	Ponderação 50%	INDICADORES			172%		
OBJECTIVO 1 Dinamizar a implementação dos instrumentos de gestão de ordenamento do território	Ponderação 20% Peso 100	Nº Reuniões Observatório PROT	4			X 100%	
OBJECTIVO 2 Incrementar a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional	Ponderação 15% Peso 100	Nº de Indicadores	10	7 Contexto 13 Realização 5 Resultado	X 250%		
OBJECTIVO 3 Reducir os passivos ambientais	Ponderação 15% Peso 100	Nº de acções de remoção de depósitos ilegais de sucata	10	27	X 270%		
OBJECTIVO 4 Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional	Ponderação 15% Peso 100	Nº Acções Nº Participações	10 4	10 6	X 114%		
EFICIÊNCIA	Ponderação 30%				160%		
OBJECTIVO 5 Garantir que 75% das solicitações externas para cada sector, no âmbito das respectivas competências, tem resposta com prazo inferior aos prazos legais	Ponderação 10% Peso 100	Prazo de resposta	75% prazo médio legal	Em média foram respondidas no prazo legal		X 100%	
OBJECTIVO 6 Implementação do Sistema Integrado de Gestão	Ponderação 15% Peso 100	Prazo de implementação	Dez-2009 (12 Meses)	Jun-2009 (6 Meses)	X 200%		
QUALIDADE	Ponderação 20%				126%		
OBJECTIVO 7 Aperfeiçoamento do processo de orçamentação/execução orçamental	Ponderação 10% Peso 100	Grau de Execução	Desvio +/- 15%	11%	X 126%		

Fonte: Site da CCDR

Avaliação Final 162%

QUADRO 3 – RESULTADOS ALCANÇADOS

OBJECTIVOS OPERACIONAIS			META ANO N	RESULTADOS	DESVIOS
EFICÁCIA	Ponderação 50%	INDICADORES			
OBJECTIVO 1 Dinamizar a implementação dos instrumentos de gestão do ordenamento do território	Ponderação 20% Peso 100	Nº Reuniões	4	Realizaram-se 4 reuniões do observatório como previsto.	Objectivo cumprido
OBJECTIVO 2 Incrementar a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional	Ponderação 15% Peso 100	Nº Indicadores	10	No âmbito do processo de monitorização do desempenho das dinâmicas regionais e, em estreita articulação com os trabalhos do CODR Algarve, entendeu-se ser necessário apurar um conjunto mais alargado de indicadores (realização, contexto e resultado), no sentido de dotar a região dos mecanismos de apoio à decisão mais adequados. Neste contexto, o desvio positivo evidenciado, resulta da reflexão conjunta dos diferentes departamentos da CCDR Algarve, no sentido de ajustar os mecanismos de monitorização da sua intervenção às suas necessidades estratégicas e operacionais, melhorando a sua eficácia de intervenção e potencializando a eficiência dos resultados.	Objectivo superado porque o nº de indicadores definido foi de 25
OBJECTIVO 3 Reducir os Passivos Ambientais	Ponderação 15% Peso 100	Nº de acções de remoção de depósitos ilegais de sucata	10	Este objectivo integrado no âmbito da implementação do Plano Nacional de Erradicação de sucatas foi largamente cumprido, tendo sido desactivados 27 depósitos de sucata, através de um rigoroso e contínuo acompanhamento das várias situações por parte dos técnicos envolvidos.	Objectivo superado porque foram desactivadas mais 17 sucatas do que o previsto
OBJECTIVO 4 Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional	Ponderação 15% Peso 100	Nº Acções Nº de Participações em projectos internacionais	10 4	O objectivo foi superado. Foi assegurada a participação em 16 acções e projectos. Na sequência de convites dirigidos a esta CCDR para participar em algumas acções e projectos e face à pertinência das temáticas associadas considerou-se que a participação nos respectivos trabalhos seria importante.	Globalmente considera-se que o objectivo superado porque foram asseguradas mais 2 participações em acções / projectos. O peso do objectivo com dois indicadores é de 100% logo o cálculo é feito pelo nº global de acções e participações

EFICIÊNCIA	Ponderação 30%	INDICADORES			
OBJECTIVO 5 Garantir que 75% das solicitações externas para cada sector, no âmbito das respectivas competências, tem resposta com prazo inferior aos prazos legais	Ponderação 10% Peso 100	Prazo de resposta	75% prazo médio legal	Em média as unidades orgânicas cumpriram os prazos legais de resposta às solicitações externas. A aferição dos prazos de resposta foi efectuada com base nos sistemas internos de registo e controlo das unidades orgânicas e no sistema de gestão documental.	Objectivo cumprido
OBJECTIVO 6 Implementação do Sistema Integrado de Gestão	Ponderação de 15% Peso 100	Prazo de implementação	Dez-09	A implementação do sistema integrado iniciou-se em Março e concluiu-se com sucesso em Junho. Neste mês iniciou-se o registo nos vários módulos integrados entre si (Recursos Humanos, Património, Contabilidade e Tesouraria)	O objectivo foi superado face ao prazo de implementação fixado.
QUALIDADE	Ponderação 20%	INDICADORES			
OBJECTIVO 7 Aperfeiçoamento do processo de orçamentação /execução orçamental	Ponderação 10% Peso 100	Grau de Execução	+/-15%	A execução orçamental do ano 2009 encerrou com um desvio de 11% relativamente às dotações iniciais corrigidas. Foi um ano económico pautado por grandes dificuldades, devido à quebra da receita relativamente ao programado. Na óptica da despesa, foram necessárias medidas adicionais de contenção, de forma a não prejudicar os prazos normais de pagamento e a não transitar dívidas para o ano seguinte.	O Objectivo foi superado face ao desvio de +/- 15% do grau de execução

II.2.1 – FONTES DE VERIFICAÇÃO

A verificação dos resultados apresentados é efectuada através de fontes/documentos produzidos interna e externamente, que permitem comprovar com fiabilidade e transparência a informação disponibilizada. Os documentos referidos encontram-se em arquivo na CCDR.

OBJECTIVO 1

O número de reuniões do Observatório do PROT realizadas durante o ano 2009 está documentado através das respectivas actas. (Doc. 1)

OBJECTIVO 2

A implementação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Algarve foi formalizada nos termos do Despacho N.º PRE-DESP-2009-000001 do Presidente da CCDR Algarve, datado de 18 de Maio de 2009.

A verificação do número e tipologia dos indicadores (contexto, realização e resultado) definidos para monitorização do desempenho das dinâmicas regionais, pode ser feita a partir dos documentos de trabalho internos, elaborados durante o processo de selecção dos indicadores. (Doc. 2.1 - CODR - Proposta de Indicadores / Doc. 2.2 - Algarve Conjuntura. Boletim n.º 1 - Versão de trabalho)

OBJECTIVO 3

O controlo do número de acções de remoção de depósitos ilegais de sucata realizadas pela CCDR Algarve durante o ano 2009 pode ser feito através do registo das diligências efectuadas pelos técnicos no decorrer das acções de fiscalização. Os parques de sucata identificados na região estão inscritos numa base de dados que disponibiliza informação sobre a localização, concelho, proprietário/detector e ponto de situação dos mesmos. Os locais desactivados durante o ano de 2009 estão identificados pela data da conclusão. (Doc. 3 - “Ponto de Situação dos Parques de Sucata na Região do Algarve”)

OBJECTIVO 4

Em 2009 a CCDR Algarve participou em diversas acções e projectos no âmbito da cooperação transfronteiriça e transnacional, conforme atestam as fontes/documentos identificados nas tabelas apresentadas.

ACÇÕES	FONTES /DOCUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
ANDALUSIADAS 2009	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento – Doc. 4.1 A ▪ Lista de presenças – Doc.4.1 B
Feira Internacional de Berlim	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agenda de trabalhos – Doc. 4.2 A ▪ Lista de participantes – Doc. 4.2 B ▪ Lista dos organizadores/parceiros – Doc.4.2 C
Conferência anual da Rede <i>Enterprise Europe Network</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento – Doc.4.3 A ▪ Documento da confirmação de presença – Doc.4.3 B
Conferência anual da Rede de Centros Europe Direct	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento – Doc. 4.4 A ▪ Documento para autorização da deslocação – Doc. 4.4 B
3.º Comité de Acompanhamento do POCTEP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acta da reunião – Doc. 4.5
4.º Comité de Gestão Conjunto do POCTEP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acta da reunião – Doc . 4.6
5.º Comité de Gestão Conjunto do POCTEP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acta da reunião – Doc. 4.7
Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça (CLECTF)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acta da reunião – Doc. 4.8 A ▪ Documento das conclusões operacionais – Doc. 4.8 B
Seminário “Custos de Contexto Transfronteiriço” (reuniões preparatórias)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Actas da 1.ª e da 2.ª reunião da parte portuguesa do Comité Sectorial – Doc 4.9 A ▪ Acta da 1.ª reunião geral do Comité Sectorial – Doc 4.9 B
Seminário “Espaço Ibérico”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento – Doc. 4.10 A ▪ Lista de entidades convidadas – Doc. 4.10 B ▪ Convite para participação – Doc. 4.10 C
Lançamento do projecto ANDALBAGUA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agenda dos trabalhos – Doc .4.11 A ▪ Lista de participantes – Doc. 4.11 B ▪ Acta da sessão – Doc. 4.11 C

PROJECTOS	FONTES /DOCUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
“Turismo e Património Cultural” da EACI – Agência Executiva para a Competitividade e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agenda da segunda reunião do grupo de trabalho – Doc .4.12
NECSTOUR – <i>Network of European Competitive and Sustainable Tourism Regions</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de adesão – Doc. 4.13
LAP's & RAP's 2 - " <i>Connections Capacity Building and Action Planning Transnacional Programme for Local and Regional Action Plans for Social Inclusion</i> "	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório de execução – Doc. 4.14
GIT IV – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo / Algarve / Andaluzia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de notificação da aprovação do projecto – Doc. 4.15
PAYS MED URBAN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de notificação da aprovação do projecto – Doc. 4.16A ▪ Acta do 1.º Comité de Pilotagem do projecto – Doc.4.16 B
ANDALBAGUA - Território e Navegabilidade no Baixo Guadiana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de notificação da aprovação do projecto – Doc. 4.17

OBJECTIVO 5

As fontes de verificação no que respeita às solicitações externas dirigidas às diversas unidades orgânicas são: o sistema de gestão documental interno - GDOC e o sistema de informação SIGNO. A contagem dos prazos de resposta decorridos entre o pedido e o retorno por parte dos serviços é possível através da análise dos respectivos números de entrada e saída no GDOC e de registo no SIGNO. Para além desta informação, recolhida via GDOC e SIGNO, existem documentos em suporte papel que confirmam o cumprimento do objectivo.

OBJECTIVO 6

Em Março de 2009 iniciou-se a implementação do sistema, que se prolongou até o mês de Junho, data em que entrou em produção. (Doc. 6 – Documentos elaborados)

OBJECTIVO 7

A execução orçamental referente ao ano 2009 evidencia um desvio de 11% dos valores efectivamente pagos face às dotações iniciais corrigidas, conforme conta no ponto II.3.1.2 deste relatório. (Doc. 7 – Balancete acumulado referente ao mês de Dezembro)

II.2.2. - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREAS TEMÁTICAS

a) *Ordenamento do Território*

- Elaboração, acompanhamento e implementação dos instrumentos de gestão territorial, designadamente Planos Sectoriais com incidência territorial, Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT):

Realização de 4 reuniões do Observatório do PROT, 22 Conferências de Serviços solicitadas pelas Autarquias [alteração de Planos Directores Municipais (PDM), elaboração de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP)] e 2 Reuniões Plenárias de revisão de PDM.

- Análise de processos, emissão de pareceres e participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola:

Assegurada a participação da CCDR em 100% das 51 reuniões, tendo sido emitidas 867 deliberações.

- Pareceres no âmbito da Rede Natura (em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.):

5 Pareceres

- Apreciação e emissão de informação, pareceres ou autorizações para acções que se pretendem implementar em área abrangida pelo regime de Reserva Ecológica Nacional (REN), bem como a delimitação e redelimitação das REN municipais:

576 documentos produzidos, 10 análises de propostas de delimitação da REN em Planos de Urbanização e Planos de Pormenor e 1 análise de delimitação de REN concelhia.

- Apreciação de processos e informação em matéria do uso do solo, ocupação e transformação do território, nomeadamente pareceres, certidões e autorizações quanto à localização de empreendimentos turísticos (REN), instalações desportivas especializadas, estabelecimentos industriais, pedreiras, áreas comerciais de dimensão relevante, loteamentos urbanos em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território e outros:

21 processos relativos a estabelecimentos industriais e explorações minerais.

- Avaliação e acompanhamento de candidaturas:

2 projectos, ANDALBAGUA (Transfronteiriço) e PAYS MED URBAN (Transnacional).

- Acompanhamento de estudos, projectos, planos e acções com vista à reconversão, requalificação, reabilitação, desenvolvimento urbano, preservação da paisagem e melhoria do serviço e qualidade de vida das populações:

6 processos (Plano Gestão Zonas Húmidas/ARH; Requalificação EN 395; Ribeira de Albufeira; Parque Urbano de Bensafrim/Lagos; Plano de Pormenor da Frente Litoral de Vale do Lobo; PIER do Escarpão).

- Colaboração com as autarquias locais e outras entidades na avaliação de acções, projectos e planos com incidência territorial, nomeadamente na apreciação de processos complexos e na participação em júris de concurso de obras e de prestação de serviços:

1 avaliação de projecto (Requalificação EN125); 2 processos concursais (Concurso Público n.º 1/DRC Algarve/09 – Sé de Silves – Cobertura das três naves, Câmara Municipal de Tavira /Concurso Público); 2 NDT na U.T. Baixo Guadiana e 2 NDT na U.T. Litoral Sul e Barrocal.

➤ Execução e participação em estudos e projectos específicos:

Definição de uma rede de ciclovias para o litoral algarvio e estudo relativo às infra-estruturas ferroviárias no Algarve (estes projectos transitaram para a Divisão de Estudos Regionais).

➤ Colaboração, a nível jurídico e de fiscalização, no âmbito da aplicação da legislação em vigor sobre ordenamento do território, bem como, na preparação de projectos de diplomas legais com incidência territorial:

7 processos (Manual Procedimentos Licenciamentos Aquicultura Marinha, Regime Jurídico Aproveitamentos Hidroagrícolas, Orientações Estratégicas REN, Estrutura Ecológica Municipal dos concelhos de Albufeira e Lagos e alteração da Portaria 393/2004 – Taxas CCDR, Código Florestal).

➤ Avaliação dos descritores “instrumentos de ordenamento do território” “solos e uso do solo”, “factores edafoclimáticos” e “factores biológicos e ecológicos” nos Estudos de Impacte Ambiental, de Incidências Ambientais e de Avaliação Ambiental Estratégica:

35 processos.

➤ Elaboração de trabalhos vários, nomeadamente:

Actualização do ponto da situação dos PMOT no Algarve; levantamento, digitalização e caracterização dos campos de golfe no Algarve, digitalização dos Planos de Urbanização e de Pormenor (10).

➤ Atendimento, análise e encaminhamento de reclamações:

57, muitas das quais no âmbito do atendimento do público, via telefone ou presencial.

b) Ambiente

- Participação na implementação do Plano Nacional de Erradicação de Sucatas do MAOTDR, que permitiu a remoção de **27** sucatas durante o ano de 2009.
- Apreciação de 6 projectos de licenciamento industrial, através da plataforma electrónica REAI (que entrou em funcionamento em 2009) e 2 fora da plataforma, perfazendo um total de 8 projectos de licenciamento industrial analisados em 2009.
- Acompanhamento e fiscalização do funcionamento do aterro de resíduos inertes.

- As operações de Gestão de Resíduos, incluíram:
 - Apreciação de 44 pedidos de licenciamento para gestão de resíduos durante o ano de 2009. Desses 44 pedidos de licenciamento, 17 resultaram em emissões de alvará, 14 averbamentos e 13 apreciações sem emissão de alvará.
 - As informações aos requerentes, no total de 37 documentos escritos, no ano 2009 (excluem-se contactos telefónicos e presenciais, bem como reclamações).
 - Vistorias a operadores de gestão de resíduos, tendo sido efectuadas 40 durante o ano de 2009.
- Funções de secretário (emissão de convocatórias e elaboração de actas) nas duas comissões de acompanhamento dos aterros do Algarve, e participação nas 12 reuniões anuais previstas.
- Participação nas 4 comissões de resíduos resultantes do Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro (Lei Geral dos Resíduos), tendo sido emitidos pareceres ao Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares, ao Plano Nacional de Gestão de Resíduos, ao Plano de Prevenção de Resíduos Urbanos, ao Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos e à Estratégia para os combustíveis derivados de resíduos, para além de documentos técnicos analisados em cada comissão.
- Apreciação de planos de gestão de lamas. Pareceres, para a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, relativos a propostas de valorização agrícola de lamas.
- Pareceres vinculativos relativos a Planos de Pedreira/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras, transmitidos à Direcção Regional de Economia do Algarve e Câmaras Municipais. Durante o ano de 2009 foram realizados 13 e definidas 7 cauções a prestar pelo explorador.
Foram efectuadas, 25 visitas técnicas, quer no âmbito do licenciamento, quer de abandono de pedreiras, quer igualmente de reapreciação de processos no âmbito da regularização administrativa da extracção mineral.
- Apreciação de 46 relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades que queimam combustíveis fósseis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 78/2004, de 3 de Abril, para verificação da conformidade com os valores limite definidos. Foram analisados 46 relatórios e assegurada a participação em visitas técnicas para verificação da conformidade dos sistemas de exaustão de gases.
- Apreciação dos relatórios de consumo de solventes e verificação das emissões de compostos orgânicos voláteis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 242/2001, 31 de Agosto: foram analisados 55 relatórios.

- Rede da qualidade do ar: desmontagem e relocalização da estação do Malpique (concelho de Albufeira) e posterior remontagem, desmontagem e fecho da estação do Pontal (concelho de Portimão).
- Realização de medições acústicas: 2 no Autódromo e 2 na Via do Infante e elaboração de relatório em duas infra-estruturas fixas, no Autódromo do Algarve e Via do Infante. Colaboração com as câmaras municipais na realização de medições acústicas em caso de reclamações. Elaboração de relatório relativo ao isolamento sonoro dos 3 edifícios da CCDR.
- Realização de 5 procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nos casos em que a CCDR é a autoridade de AIA e emissão de 16 pareceres como contributo para o parecer da Comissão de Avaliação dos procedimentos em que a APA é a Autoridade de AIA.
- Apreciação de 3 pareceres de estudos de incidências ambientais, nomeadamente de projectos relativos a energias renováveis e emissão da proposta de declaração de incidências ambientais (DIncA)
- Apreciação e emissão de 4 pareceres aos Relatórios de Conformidade Ambiental da DIA com o Projecto de Execução (RECAPE).
- Apreciação de 9 planos de monitorização ambiental da fase de obra de projectos sujeitos a AIA.

c) Fiscalização

Desenvolvimento de acções de fiscalização, com predominância das relacionadas com os resíduos (Plano Nacional de Erradicação de Sucatas), com a Reserva Ecológica Nacional (REN) e com as áreas da Rede Natura 2000.

A predominância em 2009 das acções relacionadas com os resíduos decorre da prioridade dada pelo serviços da CCDR Algarve ao cumprimento do Plano Nacional de Erradicação de Sucatas, tendo sido possível ultrapassar largamente a meta definida (encerramento de 27 sucatas). As acções de fiscalização relativas à REN também tiveram um peso significativo, o que decorre do novo regime jurídico (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto).

No seu conjunto, as acções de fiscalização realizadas pela DVC em 2009 ultrapassaram as quatro centenas (414), apesar da saída, por transferência, de um dos dois Vigilantes da

Natureza do sector no início de Outubro. Este resultado foi tornado possível pelo empenho por parte de todos os funcionários envolvidos, nomeadamente pela participação da Chefia de Divisão no trabalho de campo, e correspondeu a uma superação clara dos objectivos estabelecidos.

Importa ainda fazer uma referência quanto aos autos de notícia levantados e aos embargos efectuados em 2009, designadamente no tocante ao seu enquadramento legal e respectivos números:

- a) REN: 34 autos de notícia e 4 embargos.
- b) REN/Rede Natura 2000: 3 autos de notícia.
- c) REN/Resíduos: 2 autos de notícia.
- d) Resíduos: 8 autos de notícia, sendo 2 de RCD.
- e) Queimas: 1 auto de notícia.

Deste modo, no total, durante 2009 foram levantados **48** autos de notícia e efectuados 4 autos de embargo, sendo que 81 % dos autos de notícia correspondem a infracções nas áreas da REN, para além de 100% dos embargos efectuados durante este ano se enquadrarem também neste regime legal.

Por último é de evidenciar também que, dos autos de notícia levantados em 2009, 58% correspondem a acções de fiscalização programadas, 19% a acções de fiscalização resultantes de reclamações e 23% referem-se a acções de fiscalização «não programadas», ou seja, situações novas que são identificadas no campo.

d) Desenvolvimento Regional

- Implementação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais, com preparação da versão 0 do Boletim de Conjuntura. Definição de temas chave e indicadores e constituição da base de dados de suporte ao funcionamento do CODR. Consulta a entidades regionais para apreciação da proposta de Boletim.
- Desenvolvimento de acções de divulgação e debate de temas regionais: Debates “Cafés Doglioni” (3), Seminário “Áreas de Acolhimento Empresarial” (1), Conferência Agenda do Mar (1), Seminário “Náutica de Recreio” (1) e apresentação de 2 estudos sobre o Mar.

- Acompanhamento da implementação do POAlgarve 21 e do encerramento do PROAlgarve – QCAIII.
- Avaliação e acompanhamento da implementação das duas Estratégias de Eficiência Colectiva – PROVERE reconhecidas para a região: Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana.
- Dinamização da Cooperação Transfronteiriça, através da Comunidade de Trabalho Algarve – Andaluzia, do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças – GIT AAA, da Comissão Luso Espanhola e do acompanhamento físico e financeiro dos Programas de Cooperação Transfronteiriça INTERREG III A e POCTEP, em particular assegurando as funções de entidade coordenadora regional que cabem à CCDR.
- Implementação e operacionalização do projecto “Algarve Acolhe”, por via da reformulação de metodologias e critérios de base, realização de reuniões de trabalho com os serviços técnicos de todas as autarquias da região, levantamento da informação no terreno (primeiro semestre) e início da primeira ronda de actualização da informação (último trimestre). Apresentação das metodologias e primeiros resultados dos trabalhos: aos autarcas da Região (Maio), no NERA - Associação Empresarial Região Algarve (Maio); no Portugal Tecnológico 2009 (Outubro); no âmbito dos trabalhos dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais (CCDR Centro, Outubro), numa sessão técnica de trabalho com autarcas e responsáveis técnicos dos municípios do Algarve (Novembro), e na CCDR Norte (Dezembro). O site www.algarveacolhe.com está disponível na net desde Setembro de 2009.

No âmbito da Informação Europeia os serviços prestados concretizaram-se por via das actividades desenvolvidas pelo Centro *Europe Direct* e *Enterprise Europe Network (EEN)*

O Centro de Informação *Europe Direct* desenvolveu em 2009 as seguintes actividades:

- Prestação de serviços de informação.
- Tratamento e difusão de documentação europeia: registo, tratamento e arquivo de toda a documentação, para consulta do público no caso de monografias e periódicos de exemplares únicos, e no caso da restante documentação (brochuras, folhetos) recebida em maior quantidade, a gestão de stocks e sua difusão junto das entidades regionais (Postos de Turismo, Câmaras Municipais, Bibliotecas e outras).
- Elaboração de 12 edições do boletim informativo de periodicidade mensal e sua divulgação electrónica para os diversos organismos regionais.

- Organização de sessões de informação (20) sobre a União Europeia em várias escolas da região.
- Organização e participação em conferências (1), seminários (4), feiras (3), exposições (2) e colaboração em outros eventos da CCDR Algarve (5).
- Desenvolvimento de actividades no âmbito das comemorações do Dia da Europa - dia 9 de Maio.
- Participação em reuniões e acções de formação da rede *Europe Direct* .

A *Enterprise Europe Network (EEN)* disponibiliza às empresas um conjunto diversificado de serviços em três áreas fundamentais:

- 1) Informação e aconselhamento;
- 2) Incentivo à cooperação na Europa e à internacionalização dos negócios;
- 3) Apoio à inovação e participação em programas comunitários.

Em 2009, as actividades desenvolvidas pela *Enterprise Europe Network* do Algarve, foram, entre outras, as seguintes:

- Organização ou co-organização com outros parceiros, de 11 eventos.
- Promoção das políticas europeias junto das PME regionais e informação sobre a EU, mediante envio de mailings informativos
- Participação, com o stand promocional, em feiras ou eventos com o objectivo de informar e sensibilizar as PME
- Resposta a questões de empresas e agentes económicos, sobre matérias europeias (148)
- Incentivo à internacionalização das empresas e à cooperação internacional com a organização de um workshop sobre essa temática, no âmbito da I Semana Europeia da PME, e com a co-organização de um encontro empresarial para o sector do turismo na Feira Internacional de Berlim (11 e 12 Março)
- Membro português no grupo “Turismo e Património Cultural” da EACI – Agência Executiva para a Competitividade e Inovação, cuja finalidade é a promoção da inovação, do uso sustentável dos recursos do património natural e cultural, do fomento da cooperação e de parcerias sustentáveis entre as PME do sector do turismo;

- Cooperação activa com agentes locais (AECOPS, AHETA, AHISA, APGICO, CEAL, CRIA, IAPMEI, NERA, Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Arquitectos, RTA, Universidade do Algarve, várias Câmaras Municipais, ...) com agentes nacionais (ADI, AICEP, COTEC Portugal, LNEG, MCTES – Gabinete de Promoção do 7º Programa-Quadro de I&DT, Plataforma Construção Sustentável, ...) e com os 8 parceiros nacionais e vários internacionais da rede, com o objectivo de promover o desenvolvimento e o aumento da competitividade das empresas regionais no espaço europeu.

e) Apoio Jurídico e Administração Local

- Foram instruídos 200 processos de contra-ordenação por infracções à legislação em vigor, nomeadamente em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza.
- Relativamente à cooperação técnica e financeira com as autarquias locais, foram analisados os processos referentes à construção/remodelação de edifícios sedes de municípios e de Juntas de Freguesia; foi efectuado o acompanhando da execução física (visitas às obras e reuniões com os promotores) e financeira dos contratos e acordos celebrados. Foram elaboradas informações e 7 relatórios e os respectivos pedidos de pagamentos foram remetidos à DGAL.
- Acompanhamento do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva. Foram efectuadas várias reuniões com as entidades beneficiárias (associações e entidades religiosas), prestados esclarecimentos e apoio quer no acompanhamento, quer na execução das candidaturas/projectos. Foram efectuadas 11 visitas às obras em execução, elaborados relatórios e os pedidos de pagamento foram registados na Base de dados da DGAL.
- Elaboração de uma publicação com os projectos executados no período 2006-2009 no âmbito do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva, tendo a mesma sido apresentada e divulgada no Workshop "Património Cultural e Conservação de Edifícios".
- Apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR, através da elaboração de 2 CSI (pareceres/informações);
- Acompanhamento de 6 processos de contencioso administrativo, contra-ordenacional e judicial, no âmbito da actividade da CCDR;

- Apoio jurídico à administração local, através da elaboração de 10 pareceres e informações, solicitados pelos presidentes dos órgãos da administração local directa, e indirecta;
- No âmbito da colaboração com a Administração Local e DGAL, no que respeita à modernização administrativa, não foram aprovadas novas candidaturas. Encontram-se por encerrar 2 processos, 1 de 2004 e outro de 2006;
- No âmbito do POCAL foi garantido o apoio técnico em matéria de contabilidade autárquica junto das autarquias locais e entidades equiparadas e divulgadas as FAQ's. Foram verificadas as 16 contas de gerências em articulação com a DGAL.
- Foram definidos os termos de referência sobre a “análise e caracterização financeira das autarquias locais” e efectuada a análise gráfica referente ao ano de 2008.

f) Gestão Administrativa e Financeira

A actividade da Direcção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira centrou-se na desmaterialização de processos nas áreas financeira e administrativa, através da implementação do Sistema Integrado de Gestão para a Nova Administração Pública (SINGAP).

Os vários subsistemas que constituem o Sistema Integrado de Gestão (SINGAP) funcionam de forma articulada e modular, constituindo benefícios imediatos da integração a não duplicação de ficheiros, a inexistência de informações redundantes e incoerentes, a eficiência no registo da informação que apenas é realizado uma vez e a articulação de toda a informação que pode ser acedida em conjunto.

Em Março de 2009 iniciou-se a implementação do sistema, que se prolongou até o mês de Junho, data em que entrou em produção. Posteriormente, foram efectuados diversos ajustamentos e correcções, nomeadamente nos módulos dos recursos humanos e da receita, tendo-se quanto a esta procedido à interoperabilidade da aplicação gesGuias (aplicação interna) com o módulo da área financeira do SINGAP. O gesGuias passou a funcionar como o sistema principal de facturação da CCDR Algarve, incorporando todas as receitas (próprias e dos vários subsistemas da administração pública), que posteriormente são descarregadas no SINGAP por classificação económica (orçamental e patrimonial).

O sistema de informação utilizado até 2009 caracterizava-se pela total fragmentação dos módulos, que não comunicavam entre si, obrigando à repetição mensal das mesmas tarefas e

não permitindo a visualização integrada da informação relevante para a gestão. O SINGAP constituiu assim um salto qualitativo extraordinário, pois neste primeiro ano de utilização foi possível proceder à contabilização também em POC P e criar centros de custo, que nesta fase foram organizados por unidade orgânica.

Na área da Divisão de Património e Expediente (cadastro e inventário dos bens, requisições internas, gestão de stocks e elaboração de processos de aquisição) o SINGAP permitiu a integração com a área de gestão financeira e recursos humanos e a informatização dos procedimentos de aquisição, a obtenção de informação de apoio à gestão, a eliminação de tarefas redundantes e a diminuição de erros.

Na área da Divisão Financeira (controlo e gestão orçamental, reporte de informação contabilística para as várias aplicações externas da DGO), o SINGAP teve um grande valor acrescentado, pois permitiu a contabilização simultânea nas ópticas orçamental (pagamentos/recebimentos) e patrimonial (POC P).

É importante ter presente que o módulo da Gestão Orçamental e Contabilidade Pública constitui o motor do sistema integrado, uma vez que este recebe e envia dados em tempo real para as outras áreas, garantindo assim informação fidedigna, coerente e sintetizada nos relatórios de gestão. Até aqui não era possível trabalhar deste modo, havendo necessidade de reunir os contributos individuais de cada área.

Igualmente relevante é a interoperabilidade com os sistemas externos da DGO, através dos quais se efectua o reporte mensal da execução orçamental, que no passado recente eram alimentados manualmente. Estas funcionalidades não estão ainda optimizadas, mas prevê-se que num futuro próximo seja possível efectuar a interoperabilidade com todos os sistemas externos, o que representará ganhos significativos de produtividade.

Por fim, na área da Divisão de Recursos Humanos o SINGAP teve igualmente impactos muito significativos, nomeadamente ao nível da automatização das pesquisas e dos outputs (Balanço Social, Mapa de Pessoal, Notas Biográficas, Mapas de Férias, etc.) gerados. A título de exemplo, refira-se as Notas Biográficas dos Trabalhadores que eram elaboradas em Word após consulta do sistema de informação, mas que já é possível retirar directamente do sistema.

Além dos módulos instalados, estão previstas a interoperabilidade com o sistema de assiduidade e a implementação do Portal do Trabalhador, as quais permitirão em 2010 dar continuidade à desmaterialização de um conjunto significativo de processos nesta área.

Importa recordar que na área dos recursos humanos o sistema de informação anterior era muito fragmentado, obrigando à repetição permanente de tarefas, pelo que foi esta, porventura, a área em que o sistema integrado teve maior impacto. Esta evolução foi particularmente bem vinda em razão das alterações profundas do quadro legislativo - entrada em vigor de um conjunto vasto de diplomas - que alteraram substancialmente os pressupostos em que baseou a gestão dos recursos humanos nos últimos 20 anos.

Refira-se, por último, que o SINGAP unificou os processos da CCDR Algarve, integrando funções e conjugando a Gestão Orçamental e a Contabilidade Pública, a Gestão de Recursos Humanos e a Gestão Patrimonial. Isto permite associar automaticamente a gestão de bens patrimoniais e de existências, bem como os vencimentos e respectivos abonos e descontos, com os registos contabilísticos correspondentes (rubricas orçamentais e contas do POCP).

Outro facto importante registado no ano de 2009 foi a prestação de serviços da CCDR Algarve, através da Direcção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira à ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. nas áreas financeira, património e recursos humanos (assiduidade, balanço social, mapa de férias), em resultado do acordo estabelecido entre os órgãos de direcção dos dois organismos.

Este foi sem sombra de dúvida um grande desafio colocado às três Divisões que integram a Direcção de Serviços, uma vez que implicou um acréscimo muito significativo de trabalho, para mais baseado num sistema de informação distinto do da CCDR Algarve, sendo digna de registo a forma irrepreensível como foram desempenhadas estas tarefas adicionais ao longo do ano.

No cômputo global e em termos de gestão e controlo orçamental: a CCDR Algarve elaborou e procedeu ao registo de 2 orçamentos de funcionamento e de 31 projectos PIDDAC; emitiu 34 Pedidos de Libertaçāo de Créditos; elaborou e registou 85 alterações orçamentais; realizou 3.601 cabimentos e 3.502 processamentos de despesa; registou 1.608 pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's (reúne um número variável de pagamentos, por cada movimento efectuado). Na óptica da receita contabilizou 926

apuramentos e registos de receita. Na área do Património realizou 949 procedimentos de aquisição de bens e serviços, a que acrescem 45 enquadramentos legais em informações a que a ARH deu seguimento posteriormente. Por último, na área dos recursos humanos elaborou 2 listas de antiguidade, 3 balanços sociais e 2 mapas de férias. Procedeu ainda a 29 processamentos de vencimentos e 19 de ajudas de custo.

Foram analisadas e decididas 14 reclamações de desempenho decorrentes da avaliação de desempenho – SIADAP. Foram analisadas, respondidas e reencaminhadas para o Ministério de Estado e das Finanças 2 reclamações registadas no Livro de Reclamações da CCDR.

No âmbito da gestão anual do Mapa de Pessoal da CCDR Algarve realizaram-se 4 procedimentos concursais e 15 Despachos de Mobilidade Interna.

Considerando a Direcção de Serviços nas suas várias vertentes contabilizaram-se 45 pareceres e informações (respostas a esclarecimentos diversos) emitidas em resposta a solicitações de terceiros.

Com o objectivo de dar cumprimento ao disposto no Código dos Contratos Públicos, foi contratada uma Plataforma para Contratação Pública, onde passaram a ser efectuados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, à excepção dos efectuados ao abrigo do regime simplificado, através da plataforma da Construlink (www.compraspublicas.pt).

No âmbito da gestão e organização do inventário, procedeu-se à verificação física dos bens, com vista à actualização da sua localização e avaliação em termos funcionais, tendo sido proposto o abate dos bens que já não são susceptíveis de utilização. Recorde-se que a saída da ARH Algarve obrigou a realização desta tarefa, bastante morosa, sob pena de não se ter conhecimento exacto dos bens que ficaram afectos à CCDR Algarve.

Ao nível da gestão dos imóveis afectos à CCDR Algarve procedeu-se à implementação do sistema de ar condicionado no Edifício do Largo de S. Francisco, dotando as instalações de melhores condições de trabalho. Foram, ainda, efectuadas pequenas obras de reparação, tendo em vista a manutenção das várias instalações, tais como pinturas, reparações eléctricas, trabalhos de carpintaria e reparação de instalações sanitárias.

Por último, no que se refere à gestão do parque automóvel, procedeu-se ao abate de 10 viaturas que se encontravam avariadas e cuja reparação não compensava e que já não ofereciam condições de segurança.

Em Abril de 2009 concluiu-se o processo de aquisição em regime de aluguer operacional de 1 viatura de serviço para utilização de acordo com a Deliberação aprovada por consulta escrita da Comissão Ministerial de Coordenação QREN de 31 de Março de 2008.

No Expediente registaram-se 12.102 documentos entrados e 7.586 documentos expedidos.

g) Sistemas De Informação

Em 2009 a Divisão de Sistemas de Informação desenvolveu os seguintes projectos e actividades:

- Implementação de um projecto estrutural de organização da rede entre edifícios, reestruturação dos bastidores e reorganização da ligação do *Blade Center* ao core da rede que decorreu de forma célere (cerca de um mês) e sem quebras de serviço, garantindo sempre o normal funcionamento da CCDR. Este projecto permitiu dar mais um passo na modernização dos sistemas da CCDR Algarve.
- Administração e manutenção dos servidores, rede e respectivas funções de segurança. A percentagem de disponibilidade dos servidores em 2009 foi superior a 99,5% não se registando quebras de serviço assinaláveis. O plano de Backups decorreu sem problemas e não foram detectados incidentes de segurança.
- Em parceria com a área Administrativa e Financeira, foi implementada a candidatura ao SAMA: Sistema Integrado de Gestão (ERP) e Plataforma de Contratação Pública. Face às limitações existentes (humanas e financeiras) não se tem abrandado o ritmo de inovação e mudança fundamental para uma organização moderna e eficiente.
- Apoio à implementação do Sistema de Informação do QREN relativo ao PO Regional (PO Algarve 21). O SIGA.21 entrou em funcionamento em Novembro de 2009.
- Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação. Nesta área foram efectuados 460 pedidos dos utilizadores.
- Implementação de um novo Site Web para o *Europe Direct* no final de 2009, que se tem revelado uma mais-valia na comunicação com o exterior para este serviço.

- Actualização do site www.ccdr-alg.pt, facultando informação sobre a instituição e suas actividades, proporcionando ao exterior um site útil, actual e completo. Realizaram-se 447 pedidos de actualização do Site, dos quais 98% foram resolvidos em menos de 3 dias.
- Realização de procedimentos de aquisição de soluções de hardware e software. Foram actualizados 20% dos equipamentos.
- Apoio aos utilizadores na exploração dos equipamentos, do software de utilização geral e da integração em redes de informação. 92% dos 1576 pedidos de apoio foram respondidos e resolvidos em menos de 2 dias.
- Procedimentos de manutenção preventiva na totalidade dos postos de trabalho.

h) Gestão de Fundos Comunitários

O ano 2009 foi o ano de encerramento do PROALGARVE após aprovação pela Comissão Europeia do adiamento do fecho para 30/06/2009 (anteriormente 31/12/2008). No final de 2008, o PO já se encontrava em “overbooking” (106% de aprovações em relação à dotação), pelo que as novas aprovações (35) foram apenas pontuais. Foi dada prioridade ao encerramento de candidaturas e controlo. Em 30/06/2009 a execução por Fundo era a seguinte: FEDER 103% e FSE 101 % (overbooking execução); FEOGA e IFOP com 98%.

Tratando-se do ano de encerramento do PO, as acções desenvolvidas orientaram-se sobretudo para a componente execução e acompanhamento. Durante o ano foram analisados 574 pedidos de pagamento e encerrados 323 projectos.

Realizaram-se os procedimentos de encerramento do Programa, nomeadamente registo das despesas finais dos projectos, estabilização de valores finais por projecto e Medida e preparação de processos para projectos não concluídos fisicamente até 30/06/2009.

Foram desenvolvidas acções de Promoção e Divulgação do Programa junto dos beneficiários finais e público em geral. Destacam-se como momentos de comunicação durante o ano 2009 as inaugurações da Loja do Cidadão de Faro, do Laboratório Regional de Saúde Pública, da Via Algarviana, entre outros.

No final do ano (*Dezembro*) após fecho da execução ao nível de cada Medida/Projecto foram efectuados todos os pagamentos aos beneficiários que tinham processos de candidatura em condições de encerramento e foram preparados todos os quadros com informação física e financeira para elaboração do Relatório Final.

No decorrer de 2009 foram concluídas 120 acções de controlo a projectos (56 FEDER, 31 FSE e 33 FEOGA), foram preparados os processos de concurso para a elaboração dos Planos anuais de controlo para 2009 relativos ao FEDER e FSE e foram realizados os relatórios de execução trimestrais e anuais de 2009. Em 31/12/2009 encontravam-se concluídas 302 das 332 acções de controlo de 1º Nível planeadas.

No ano 2009 deu-se continuidade às aprovações no Programa Operacional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21.

Foram abertos concursos para as seguintes tipologias:

- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (17), à Inovação (12) e à Qualificação e Internacionalização PME (12);
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (1);
- Promoção e Capacitação Institucional (2);
- Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (1)
- Acções de Valorização e Qualificação do Ambiente (1)
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo (1)
- Rede de Equipamentos Culturais (1)
- Valorização e Animação do Património Cultural (1)
- Assistência Técnica (1)

Em 2009 foram aprovados 71 projectos (41.181.349€ FEDER em acumulado), nas seguintes tipologias:

- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (8), à Inovação (12) e à Qualificação de PME (18)
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (1)
- Promoção e Capacitação Institucional (3)
- Acções de Valorização e Qualificação do Ambiente (9)
- Parcerias para a Regeneração Urbana (3)
- Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (3)

- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar (6)
- Rede de Equipamentos Culturais (4)
- Valorização e Animação do Património Cultural (1)
- Assistência Técnica (3)

Foram realizadas 5 reuniões de Comissão Directiva e 11 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento do Programa.

Foram completados/efectuados 5 instrumentos de apoio à gestão e informação do PO Algarve 21, nomeadamente:

- **Relatório de execução 2008 (PO Algarve 21) – Maio 2009;**
- **Site com actualização mensal (PROALGARVE – todo o ano) (PO Algarve 21 – regularmente a partir de Julho 2009);**
- **Conclusão do Manual de Procedimentos (PO Algarve 21), incluindo formulários e check-list, ajustando-o à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo (DSGC);**
- **Descrição do Sistema de Gestão e Controlo (DSGC) – PO Algarve 21:** Em *Fevereiro de 2009*, primeira versão de resposta aos comentários da Comissão Europeia relativos à versão de *Outubro de 2008*; Em *Agosto de 2009*, 1ª revisão, seguindo as indicações superiores de acompanhar o modelo do PO Norte; Em *Dezembro de 2009* foram enviados os últimos elementos solicitados pela IGF, após conclusão da transferência de dados do Sistema de Informação do Sistema de Incentivos para o Sistema de Informação do PO Algarve 21; Envio para a Comissão Europeia já em 2010, após análise final por parte da IGF.
- **Sistema de Informação definitivo (PO Algarve 21) com certificação de despesa:** Foi lançado procedimento em *Julho*, adjudicado em *Agosto*, implementado e com recuperação de histórico em *Setembro/Outubro*. Foi efectuada a 1ª certificação de despesa através do Sistema dentro do prazo regulamentar limite (31/10/2009). O Sistema de Informação definitivo (*front-office*) entrou em funcionamento, substituindo o de contingência, na 1ª quinzena de *Novembro*.

No início do ano foi efectuado um trabalho de recolha de prioridades dos Municípios pelas Estruturas Técnicas da CCDR e da AMAL (concluído em Fevereiro) em continuidade do trabalho já efectuado com a Rede Escolar no final de 2008. Este trabalho identificou o

pacote de projectos que serviu de base à contratualização com os Municípios (contrato assinado em Maio 2009).

Apesar de terem sido cumpridos os prazos regulamentares previstos para o PO Algarve 21, a sequência obrigatória destas tarefas, atrasou o processo de encerramento do PROALGARVE, essencialmente devido a:

- Volume excessivo de trabalho decorrente da sobreposição do arranque do novo PO com o encerramento do QCA III;
- Reduzida dimensão da Estrutura Técnica (algumas valências em falta não resolvidas – área jurídica, controlo e sistemas de informação) agravada pelos condicionalismos descritos no ponto anterior.

II.3 – AUTO-AVALIAÇÃO – INFORMAÇÃO ADICIONAL

Nos termos do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, os serviços deverão facultar informação adicional de auto-avaliação, que é a seguir mencionada.

II.3.1 - AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

II.3.1.1 – RECURSOS HUMANOS

A CCDR Algarve iniciou o ano de 2009 com **125 trabalhadores**, incluindo os efectivos que foram colocados no Sistema de Mobilidade Especial. Acrescem a este número 7 aquisições de serviços. No final de 2009 contabilizavam-se 113 trabalhadores, incluindo 2 aquisições de serviços.

A análise da evolução do número de trabalhadores ao serviço nos últimos seis anos evidencia claramente a diminuição registada, que não foi compensada por novas entradas por recrutamento ou mobilidade interna. A manter-se esta tendência a CCDR Algarve enfrentará sérias dificuldades no cumprimento da sua missão, já que o número de efectivos previstos (132) para o cumprimento dos objectivos do QUAR 2009 é superior aos efectivos reais (113).

QUADRO 4 – NÚMERO DE TRABALHADORES EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES 2004-2009

ANOS/Nº trabalhadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Trabalhadores CCDR (1)	214	213	222	204	132	113
Trabalhadores GAT	43	38	40	33	0	0
TOTAL	257	251	262	237	132	113

Fonte: Balanços Sociais 2004 a 2009

Nota (1): Inclui os contratados a termo incerto, afectos ao Programa Operacional, as prestações de serviços (tarefa e avenças) e aquisições de serviços

II.3.1.2 – RECURSOS FINANCEIROS

Tendo presente o Orçamento de Funcionamento aprovado para o ano económico de 2009, a execução foi a seguinte:

QUADRO 5 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

RUBRICAS ORÇAMENTAIS	ORÇAMENTO CORRIGIDO (1)	PAGO (2)	TAXA DE EXECUÇÃO (3)=(2)/(1)
01.01 RCPs	2.458.114	2.442.949	
01.02 Abonos Variáveis ou Eventuais	73.572	47.834	
01.03 Segurança Social	603.916	498.931	
Subtotal das Despesas com Pessoal	3.135.602	2.989.714	95%
02.01 Aquisições de Bens	49.700	27.993	
02.02 Aquisições de Serviços	398.313	257.253	
Subtotal das Aquisições de Bens e Serviços	448.013	285.246	64%
03.05 Juros e Outros Encargos	1.197	1.197	
Subtotal de Juros e Outros Encargos	1.197	1.197	100%
04.03 Transferências Correntes - Adm. Central	36.281	26.035	
04.07 Transferências Correntes	18.000	9.000	
04.08 Famílias	500	0	
Subtotal das Transferências Correntes	54.781	35.035	64%
06.02 Outras Despesas Correntes - Diversos	82.561	624	
Subtotal da Outras Despesas Correntes	82.561	624	1%
07.01 Aquisição de Bens de Capital	12.400	10.039	
Subtotal das Aquisições de Bens de Capital	12.400	10.039	81%
TOTAL	3.733.357	3.320.658	89%

Fonte: SIGO, DGO

A taxa de execução global foi de 89%, registando-se um desvio 11% face às dotações corrigidas. O ano de 2009 foi caracterizado por uma quebra muito expressiva nas receitas

próprias (auto-financiamento), com uma quebra de 67% face aos valores orçamentados. Este desvio deve-se essencialmente a um factor, totalmente alheio a esta CCDR: a interpretação feita da legislação aplicável atribuiu à Agência Portuguesa de Ambiente a totalidade da receita proveniente do licenciamento e operações na área dos resíduos, o que inviabilizou a concretização desta receita prevista no orçamento da CCDR.

Fruto dos serviços partilhados com a ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. a CCDR Algarve recebeu como contrapartida dos serviços prestados nas áreas financeira, património e recursos humanos (assiduidade) uma transferência no valor de € 140.000, que permitiu compensar uma parcela (1/3) das receitas orçamentadas afectas à Taxa de Gestão de Resíduos.

A quebra das receitas teve naturalmente um forte impacto na despesa, obrigando a medidas de contenção adicionais e a uma menor pro-actividade da CCDR.

Em resultado da insuficiente receita própria acumulou-se dívida junto da Caixa Geral de Aposentações - esta despesa é suportada não só pelo OE mas também por receitas próprias – e dívidas relativas a fornecimentos gerais de funcionamento, situações que só puderam ser ultrapassadas ulteriormente através do reforço obtido junto da Tutela no âmbito da gestão flexível.

Refira-se finalmente que, embora em ligeira melhoria em relação aos anos anteriores, manteve-se em 2009 aquilo que se pode designar por défice estrutural de financiamento, isto é, a insuficiente cobertura das RCP e Caixa Geral de Aposentações pelo OE (93%).

No que respeita ao PIDDAC, os objectivos propostos por Programa, Medida e Projecto foram alcançados, tendo-se atingido uma taxa de execução de 86% considerando as receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado e de 46% nas receitas provenientes das fontes de financiamento comunitárias (FEDER e FSE). Relativamente à execução das verbas comunitárias, importa sublinhar que esta foi fortemente condicionada pela data de aprovação das candidaturas por parte do PO regional, sendo que a maioria das candidaturas foi aprovada durante o 2º semestre de 2009.

No Quadro 6 evidencia-se a taxa de execução por componente nacional e comunitária.

QUADRO 6 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC 2008

PROGRAMAS/MEDIDAS/PROJECTOS	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (3)	TAXA DE EXECUÇÃO (4)=(3)/(2)
	INICIAL (1)	CORRIGIDO (2)		
Componente Nacional	812.000	882.307	757.948	80%
Componente Comunitária		1.746.949	807.436	46%
TOTAL		2.629.256	1.565.384	60%

Fonte: SIPIDDAC, DGO

As receitas gerais no Orçamento PIDDAC aprovado para 2009 representaram o valor mais baixo de sempre, registando-se uma diminuição de mais de 50% na componente nacional (Cap. 50º). Consequentemente as receitas comunitárias também diminuíram, porque esta CCDR não dispunha de verbas para em sede de apresentação de candidatura funcionarem como a contrapartida nacional do Estado Português para beneficiar de apoios comunitários. Por cada 30% de contrapartida nacional – receitas gerais do Orçamento de Estado são geradas 70% de contrapartida comunitária - receitas comunitárias – FEDER, pelo que não estando garantidas as 1ª não se podem alcançar as 2ª receitas, o que na realidade inviabilizou a dinamização de novos projectos de investimento.

Para incrementar as receitas gerais e comunitárias no Orçamento PIDDAC foi solicitada a integração de saldos da gerência do ano 2008 no valor de € 800.000. À semelhança do ano anterior, esta foi autorizada apenas a 30/12/2009 e numa pequena parcela (€ 84.131), para pagamento de encargos transitados. O remanescente foi reposto nas Finanças.

No cômputo global, a execução (valores pagos) em 2009 foi inferior em € 1.951.628 comparativamente ao ano anterior, o que não pôde deixar de se traduzir em quebras na capacidade de realização de novos investimentos por parte da CCDR Algarve.

II.3.2 – APRECIAÇÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Tendo presente as prioridades definidas superiormente e a escassez de trabalhadores disponíveis, não foi possível realizar inquéritos/questionários conforme proposto na Orientação Técnica do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços. No entanto, nas

várias acções dinamizadas pela CCDR Algarve e destinadas a públicos alvo muito diferenciados com responsabilidades no desenvolvimento regional foram realizados inquéritos de satisfação.

Das 20 acções concretizadas, 12 foram objecto de avaliação através de inquérito por questionário: sessão de divulgação/esclarecimento sobre PO Algarve 21 – Sistemas de Incentivos às Empresas (2, em colaboração com o *Entreprise Europe Network*), Cooperação (1), Agenda Regional do Mar (1), Baixa Densidade (1), Informação europeia às empresas (5), Informação europeia aos cidadãos (3).

Da análise aos resultados dos inquéritos conclui-se que, em média, 77% dos inquiridos fazem uma boa ou muito boa apreciação geral das iniciativas. Na avaliação do parâmetro específico relativo à organização, o número de inquiridos que atribuem aquela classificação eleva-se a 85%.

As 5 acções organizadas pelo *Entreprise Europe Network* foram avaliadas com Bom e Muito Bom por 76% dos inquiridos; esta mesma avaliação foi efectuada por 74% dos que responderam aos inquéritos relativos às 3 iniciativas da responsabilidade do *Europe Direct*.

II.3.3 – AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO

A CCDR Algarve foi auditada em Maio de 2009 pela IGAOT – Inspecção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, com o objectivo de aferir o grau de cumprimento das recomendações constantes do relatório de auditoria ao Sistema de Controlo Interno (procedimentos de gestão e controlo orçamental) realizado em 2007.

Com base na análise dos elementos fornecidos pela CCDR Algarve e dos documentos recolhidos durante o trabalho de campo, a IGAOT identificou, relativamente às recomendações formuladas no relatório de 2007, as que foram total ou parcialmente acolhidas, bem como as que foram consideradas não acolhidas.

Em resumo:

RECOMENDAÇÃO	RESULTADO DA AUDITORIA	OBSERVAÇÕES
Encetar medidas que permitam garantir a numeração sequencial das guias de receita	Acolhida	Todas as guias de receita (própria e receita de diferentes subsectores da A.P.) passaram a ser registadas na aplicação informática de gestão de receitas gesGuias possibilitando a normalização dos documentos de receita e a numeração sequencial.
Regularização das aquisições de serviços, nomeadamente fazendo cessar as referentes ao pessoal que se encontrava afecto à área de suporte	Acolhida	A CCDR não apresentava efectivos em regime de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença
Promover a racionalização do património imobiliário, nomeadamente as inúmeras fracções de imóveis que se encontravam arrendadas	Acolhida	A conclusão das obras no Palácio Doglioni e a relocalização da área do Ambiente e Fiscalização permitiu a racionalização do património, através da denúncia de todos os contratos de arrendamento
Efectuar diligências no sentido de saldar a dívida junto da Caixa Geral de Aposentações	Acolhida	A dívida acumulada de 2 milhões de euros foi saldada em 2008, garantindo também desde essa data o regular pagamento das contribuições à CGA
Encetar as medidas necessárias à interoperabilidade entre o sistema gesGuias e o módulo de Contabilidade	Acolhida	Na implementação do sistema integrado foi garantida a interoperabilidade, evitando-se a duplicação de tarefas e garantindo a obtenção de informação financeira para a gestão mais fiável e expedita
Elaboração de um Manual de Controlo Interno e de um Regulamento de Cadastro e Inventário	Parcialmente acolhida	Embora não tenham sido aprovados o manual de controlo interno e o regulamento de cadastro e inventário, já existe um conjunto de normas de controlo interno.
Efectuar diligências no sentido de adquirir um sistema integrado de gestão, que permita a implementação do POC P e a interoperabilidade com os sistemas centrais da DGO	Parcialmente acolhida <i>(em sede de contraditório foi demonstrado que foram efectuadas diligências ao alcance da CCDR para garantir a interoperabilidade)</i>	Foi adquirido em 2009 o sistema integrado de gestão, que não estava totalmente implementado à data da auditoria. Em sede de contraditório foram apresentadas as evidências necessárias para considerar esta recomendação acolhida. A interoperabilidade está muito dependentes da permissão da DGO, tendo esta CCDR feito inúmeras diligências junto do fornecedor da aplicação no sentido garantir a sua concretização.

Redução do nº de efectivos afectos á área de suporte, reconduzindo o pessoal afecto a esta área a um ratio mais apropriado (15%) face ao total de efectivos da CCDR	Parcialmente acolhida	Embora não tivesse atingido o ratio de 15% do nº de efectivos afectos à área de suporte, nos anos 2008 e 2009 este valor tem vindo a reduzir, em virtude de alguns trabalhadores desta área se terem aposentado. Por outro lado, durante o ano 2009 esta CCDR prestou serviços de <i>back-office</i> à ARH Algarve nas áreas transversais integrando para o efeito os efectivos necessários para garantir esse trabalho. Resulta assim que correctamente o rácio deveria ser calculado em conjunto com ARH Algarve.
Elaboração de um plano estratégico	Não acolhida <i>(em sede de contraditório foi apresentado o QUAR com os objectivos estratégicos e os objectivos operacionais anuais)</i>	A IGAOT manteve a sua opinião quanto à não existência de um Plano Estratégico. Em sede de contraditório foi sustentado pela CCDR que o QUAR, elaborado em 2008 e que identifica claramente 5 objectivos estratégico e anualmente define os objectivos operacionais, não pode razoavelmente deixar de ser considerado um documento com valor equivalente ao de um Plano Estratégico.
Proceder à criação de uma unidade de controlo interno na estrutura orgânica da CCDR Algarve	Não acolhida	Não foi constituída a unidade de controlo interno nos termos do previsto no nº 1 do artigo 12º da Lei 8/90, 20/02. Em sede de contraditório foi justificada a sua não criação com o processo de reestruturação dos serviços que se iniciou em 2007 com o PRACE, que não tem permitido a afectação dos (insuficientes) recursos humanos a esta nova unidade.
Promover o aumento da cobrança de receita própria, como forma de garantir a autonomia adm. e financeira nos moldes previstos na Lei de Bases da Contabilidade Pública	Não acolhida <i>(em sede de contraditório foram apresentadas evidências relativamente às diligências efectuadas no sentido de aumentar a receita, onde de facto é possível)</i>	O montante de receita própria é e continuará previsivelmente a ser insuficiente para que se possa reunir os requisitos financeiros exigidos pelo nº 1 art. 6º da Lei 8/90. A quebra de receita própria em 2008 e 2009 decorreu da diminuição da receita proveniente do domínio hídrico e da não atribuição da taxa de gestão de resíduos. Em sede de contraditório foi explicado que a CCDR Algarve efectuou inúmeras diligências no sentido de actualizar a Portaria que fixa as taxas inerentes aos serviços prestados. No que concerne à TGR, a sua atribuição à CCDR Algarve estava dependente da alteração da legislação, que só ocorreu em Agosto de 2009.

Promover a partilha de informação entre o sistema de assiduidade e o módulo de recursos humanos	Não acolhida <i>(em sede de contraditório foram apresentadas evidências das diligências efectuadas para se proceder ao pretendido)</i>	Não existia integração entre os dois sistemas. Em sede de contraditório foi informado que a CCDR Algarve iria proceder rapidamente à implementação do sistema integrado de gestão, eliminando as tarefas redundantes e permitindo a correcta implementação do POC P.
---	---	--

Fonte: Relatório da IGAOT

Em termos globais a IGAOT concluiu que a CCDR Algarve acolheu genericamente, ainda que em algumas situações apenas parcialmente, as recomendações efectuadas em 2007, tendo alcançado um grau de execução de 66,6%. Assim, face aos resultados patenteados, considerou que “*a CCDRALG continua a dispor de um bom (1) sistema de controlo interno, uma vez que os riscos estão devidamente cobertos por controlos que funcionam eficazmente*”. [(1) Numa escala de insuficiente, suficiente, bom e muito bom]

De realçar ainda que no âmbito das sucessivas auditorias que foram realizadas aos projectos co-financiados pelo PO regional em que a CCDR é beneficiária, não foram identificadas deficiências nos procedimentos internos associados às várias áreas transversais.

II.3.4 – ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE ACÇÕES OU PROJECTOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Face ao descrito anteriormente, não existe qualquer informação a reportar neste ponto.

II.3.5 – DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, a auto-avaliação deve ser acompanhada de informação relativa às medidas que foram tomadas para o reforço positivo do desempenho. As principais medidas tomadas durante o ano foram sumariamente as seguintes:

- 1) Acção de Formação promovida pela CCDR sobre a “Definição e negociação de objectivos – avaliadores” no período compreendido entre 25 de Fevereiro e 22 de Abril de 2009, com uma duração de 91 horas. Os destinatários da formação foram os avaliadores, tendo os avaliados participado em algumas das sessões. O objectivo da

formação consistiu na apresentação dos conceitos e das práticas fundamentais que o avaliador necessita dominar na área da negociação de objectivos de desempenho, identificar objectivos, definir objectivos individuais, contratualizar objectivos, preparar e conduzir entrevistas e resolver conflitos gerados pela avaliação.

A acção de formação foi estruturada de modo a envolver todas as unidades orgânicas, incluindo sessões de trabalho individualizadas com a finalidade de validar os objectivos de cada unidade orgânica e da sua relação com os objectivos definidos no QUAR.

- 2) Reformulação numa versão mais reduzida (de 10 para 4 acções) da candidatura apresentada ao POPH e recusada em 2008. Entre as acções de formação propostas incluem-se temas como o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações e o contrato de trabalho em funções públicas, matérias extremamente importantes e actuais para os trabalhadores destes serviços. A candidatura reformulada foi aprovada em finais de 2009, ficando as acções de formação agendadas para 2010.
- 3) Dinamização da participação dos dirigentes e funcionários em 24 acções de formação promovidas por entidades externas;
- 4) Realização regular de reuniões de chefias com o objectivo de monitorizar o sistema de avaliação, na perspectiva dos objectivos definidos no QUAR e nas unidades orgânicas.

II.3.6 – COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

A CCDR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro. Tendo presente que no quadro dessa unidade homogénea foram definidos e posteriormente monitorizados os indicadores de desempenho que permitem a comparabilidade com os restantes serviços que integram a mesma unidade homogénea que a CCDR Algarve, é possível proceder no plano nacional à comparação de desempenho dos serviços que integram esta unidade homogénea.

Para além do contributo prestado ao trabalho desta unidade homogénea, esta CCDR não dispõe de informação adicional sobre este item do relatório.

II.3.7 – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

A audição dos dirigentes sobre a auto-avaliação foi realizada nas reuniões de chefias que ocorreram, em regra na última semana de cada mês, durante o ano 2009.

III – SINTESE DO BALANÇO SOCIAL

Para melhor compreensão da informação fornecida por este instrumento de gestão procede-se seguida à caracterização dos trabalhadores ao serviço na CCDR durante o ano 2009.

Conforme consta do Balanço Social da CCDR Algarve para 2009, a 31 de Dezembro contabilizavam-se 113 pessoas em exercício de funções no serviço.

a) Distribuição dos Trabalhadores por Grupo/Cargo/Carreira

QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS

GRUPOS PROFISSIONAIS	Nº DE TRABALHADORES
Dirigentes	20
Técnico Superior	47
Assistente Técnico	32
Assistente Operacional	10
Informático	2
Outros (Tarefas, Avenças, Aquisições Serviços)	2
TOTAL	113

Fonte: Balanço Social 2009

b) Distribuição dos Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação

QUADRO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELA MODALIDADE DO VÍNCULO

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº TRAB.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	77	68%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto (Estrutura de Apoio Técnico PO Algarve 21)	14	12%
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	20	18%
Outros (Tarefas, Avenças, Aquisições Serviços)	2	2%
TOTAL	113	100%

Fonte: Balanço Social 2009

A lista nominativa de transição elaborada no início do ano 2009 nos termos do estabelecido no nº 3 do artigo 109º da Lei nº12-A/2008, 27 de Fevereiro, elencou todos os trabalhadores da CCDR Algarve, ao serviço e fora do serviço, segundo o seu vínculo de origem, tendo-lhes sido associada a nova modalidade de vinculação e respectiva categoria, assim como a posição remuneratória e o nível correspondentes.

Os trabalhadores estavam, em regra, no regime de nomeação definitiva, passando então a estar abrangidos pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Os trabalhadores afectos à estrutura de missão do Programa Operacional transitaram, em função do carácter temporário das suas funções, para o regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto.

c) Distribuição dos Trabalhadores por Escalão Etário Segundo o Sexo

Dos trabalhadores em funções 34,5% eram Homens e 65,5% Mulheres. A idade média é de 45,5 anos, valor que embora relativamente elevado é inferior à média da função pública. Apenas 3 trabalhadores tinham idade superior a 60 anos.

O facto de nos últimos anos não se terem verificado entradas de novos trabalhadores, que naturalmente pertenceriam a escalões etários mais baixos, justifica também a idade média registada.

d) Distribuição dos Trabalhadores por Nível de Antiguidade

O nível médio de antiguidade é de 19,5 anos, o que evidencia uma grande estabilidade dos efectivos.

e) Distribuição de Trabalhadores por Nível de Escolaridade

Dos 113 trabalhadores ao serviço 55% são licenciados e 6% dispõem de mestrado, pelo que 61% dos trabalhadores dispõem de habilitação superior. Nos escalões imediatamente a seguir, 14% possuem o 12º ano de escolaridade e 14% possuem o 9º ano.

A CCDR Algarve nos últimos anos promoveu, em parceria com outras entidades, dois cursos para equivalência ao 9º ano e posteriormente ao 12º ano. Estes cursos foram frequentados pela maioria dos efectivos da CCDR Algarve que não dispunham destas habilitações, constituindo excelentes oportunidades para o reforço dos seus conhecimentos.

f) Mobilidade de Trabalhadores (Admissões/Regressos e Saídas)

Durante o ano de 2009 registou-se apenas uma admissão de um dirigente superior de 2º grau, na modalidade de comissão de serviço, a partir de Abril de 2009. Recorde-se que a CCDR Algarve não dispunha de um dos vice-presidentes desde Setembro de 2008.

No que se refere às saídas de trabalhadores contabilizaram-se 14 distribuídas conforme a informação constante no Quadro 9.

QUADRO 9 – TRABALHADORES SAÍDOS POR GRUPO/CARGO/CARREIRA E MOTIVO DE SAÍDA

GRUPO/CARGO/CARREIRA	Nº DE TRAB.	MOTIVO SAÍDA
Dirigentes	1	Rescisão contrato
Técnico Superior	5	Morte, Aposentação, SME (voluntária)
Assistente Técnico	8	SME (obrigatória, voluntária), aposentação, comissão serviço e mobilidade interna
TOTAL SAÍDAS	14	

Fonte: *Balanço Social 2009*

É importante distinguir nas saídas registadas em 2009 aquelas que resultaram ainda do processo de extinção de competências – GATs, daquelas que podem ser classificadas como de “emagrecimento” da própria CCDR, isto é que se verificaram nas áreas que permaneceram na sua competência.

Em resultado do processo de extinção dos GAT saíram 8 trabalhadores que foram colocados em SME – Sistema de Mobilidade Especial. Destes trabalhadores 4 foram colocados em SME – obrigatório, visto não se enquadrarem no perfil dos postos de trabalho identificados como necessários para a prossecução das competências e das atribuições desta CCDR Algarve. Os restantes 4 trabalhadores optaram pelo SME – voluntário, tendo solicitado posteriormente licença especial, para o exercício de funções no sector privado.

Quanto ao que pode ser classificado como “emagrecimento” da própria CCDR, registaram-se 6 saídas:

- 2 por aposentação;
- 2 através da mobilidade interna para outros serviços;
- 1 saída do director de serviços do controlo, afecto ao PO Algarve, em resultado da rescisão por mútuo acordo do respectivo contrato
- 1 saída por morte de um trabalhador

Efectuando o balanço de conjunto entre as admissões/regressos e as saídas, conclui-se que se registou uma diminuição de 13 trabalhadores (14-1) durante o ano, realidade que, infelizmente, está em linha com a registada em anos anteriores.

No início do segundo semestre foi autorizado o descongelamento de duas admissões, tendo por base as saídas de trabalhadores ocorridas no ano de 2007. Criadas as condições legais e orçamentais, foram iniciados os procedimentos concursais ao abrigo da nova legislação.

Por outro lado, dois dos postos de trabalho contemplados no Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2009 ficaram desocupados, permitindo assim a realização dos respectivos procedimentos concursais.

Em Dezembro de 2009 foram publicados em Diário da República os avisos referentes a 3 dos 4 procedimentos concursais, concretizando-se a 1^a fase de um longo processo com vista ao recrutamento de novos trabalhadores. O outro procedimento concursal foi publicado apenas em Janeiro de 2010.

A conclusão destes processos concursais é crucial para a reposição de efectivos com as valências e habilitações vitais para o exercício das competências e atribuições da CCDR Algarve, já que nos últimos anos algumas unidades orgânicas ficaram em situação desprovidas dos trabalhadores considerados fundamentais, caracterizando-se a situação actual como de pré-ruptura, o que se tem reflectido numa celeridade abaixo do desejável na emissão de alguns pareceres e no tratamento das contra-ordenações.

Estes novos recrutamentos, que se espera concretizados apenas em meados de 2010, não são contudo suficientes para, numa linguagem característica dos sistemas de informação, se criarem condições para em determinados postos de trabalho existir alguma “redundância” que garanta a execução das tarefas na ausência dos trabalhadores pelas mesmas responsáveis.

O Mapa de Pessoal e o Orçamento para o ano económico de 2010 estabelecem um compromisso inequívoco da gestão da CCDR Algarve na realização de novos procedimentos concursais, para desta forma se preencherem as necessidades consideradas mais prioritárias. A concretização deste compromisso está no entanto dependente da autorização da tutela e

sobretudo do Ministério de Estado e das Finanças e das opções que este venha a tomar em matéria de cativações ou congelamentos de verbas e de admissões de pessoal.

g) Postos de Trabalho Previstos e não Ocupados Segundo a Dificuldade de Recrutamento

Os Mapas de Pessoal aprovados para o ano de 2009 contemplavam 129 postos de trabalho (107 afectos à CCDR e 19 à estrutura de missão do Programa Operacional Regional), o que inclui os postos de trabalho ocupados mais os necessários (novos recrutamentos, mobilidade interna).

Relativamente aos postos de trabalho que estavam previstos e não foram ocupados ao longo do ano, contabilizam-se 8. Internamente foram definidas prioridades em função da carência de recursos humanos por unidade orgânica e decidiu-se iniciar desde logo 4 procedimentos concursais:

- 2 procedimentos concursais para ocupação de novos postos trabalho na Direcção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT);
- 1 procedimento concursal para preenchimento de 1 posto de trabalho entretanto desocupado afecto à Direcção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT);
- 1 procedimento concursal para preenchimento de 1 posto de trabalho entretanto desocupado afecto à Divisão de Vigilância e Controle (DVC).

No que se refere aos restantes postos de trabalho previstos e não ocupados, foi decidido realizar os procedimentos concursais apenas em 2010.

Em resumo no Quadro 10 identificam-se 8 postos de trabalho que não foram ocupados, segundo a dificuldade de recrutamento.

QUADRO 10 – POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS

GRUPO/CARGO/CARREIRA	Nº Total de Postos de Trab. não Ocupados	Não Abertura de Proc. Concursal	Proc. Concursal em Desenvolvimento
Técnico Superior	7	4	3
Assistente Técnico	1	0	1
TOTAL POSTOS TRAB.	8	4	4

Fonte: Balanço Social 2009

h) Mudanças de Situação dos Trabalhadores

As mudanças de situação dos trabalhadores entendidas como promoções e progressões têm estado desde 2002 fortemente condicionadas pelos impeditivos legais, mas sobretudo pela incapacidade orçamental da CCDR Algarve para realizar concursos.

No ano 2009 foram contudo criadas as condições orçamentais para garantir a mudança de 25 trabalhadores ao abrigo dos artigos 46º e 47º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e que se traduziram no seguinte:

- 4 alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório por acumulação do 10 pontos na avaliação de desempenho
- 21 alterações do posicionamento remuneratório por opção gestionária

Construído o universo dos trabalhadores por carreira nos termos do artigo 46º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, a opção gestionária no ano 2009 privilegiou a alteração do posicionamento de 80% dos trabalhadores integrados na carreira de Assistente Operacional (8/10) que correspondem precisamente aos trabalhadores com menores remunerações base. Na carreira de Assistente Técnico (9/21) foram objecto de alteração do posicionamento remuneratório 43% dos trabalhadores. Por fim, na carreira de Técnico Superior (4/13) foram objecto de alteração do posicionamento remuneratório 31% dos trabalhadores.

Conclui-se assim, que no universo dos trabalhadores (44) que reuniam os requisitos legais para a alteração do posicionamento por opção gestionária, 48% (21/44) foram reposicionados.

Considerando as alterações quer obrigatórias quer por opção gestionária, conseguiu-se alterar o posicionamento remuneratório a 27% do total de trabalhadores integrados em carreiras, contabilizados a 31 de Dezembro de 2009 (25/77), que foram avaliados no âmbito do SIADAP 3. Ou seja, do universo global de 113 trabalhadores, tem que ser retirados 36 trabalhadores, porque 20 são dirigentes superiores e intermédios e são objecto de avaliação no âmbito do SIADAP 1 e 2, 14 são contratados a termo resolutivo incerto pelo que não estão integrados em carreiras e por fim 2 aquisições de serviços que não estão sujeitas a avaliação. Resultam assim 77 trabalhadores, que é o número a considerar para efeitos do cálculo (27%) acima indicado.

i) Número de Horas de Trabalho Extraordinário

Em 2009 contabilizaram-se 411 horas de trabalho extraordinário, as quais estiveram maioritariamente associadas aos motoristas.

As deslocações permanentes dos técnicos e dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que ocorreram em regra nos dias da semana. Apenas 13 horas foram realizadas em dias de descanso complementar.

j) Absentismo

No ano de 2009 registaram-se 1.064 dias de ausência ao trabalho, sendo que 334 dias foram por motivo de doença e 254 por protecção à paternidade.

Durante 2009 apenas se registaram ausências de dois trabalhadores por motivos de greve, correspondendo a 1 dia de trabalho/trabalhador.

O Quadro a seguir indicado identifica o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2009 por grupo/cargo/carreira.

QUADRO 11 – Nº DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO

Grupo/cargo/carreira	Casamento	Protecção na Paternidade	Falecimento de familiar	Doença	Assis. Fam.	P/conta período férias	Com perda venc.	Greve	Outros
Dirigente Superior				9					
Dirigente Intermédio	11	120	4	43	16	16			6
Técnico Superior	11	134	13	213	62	85	10	1	66
Assistente Técnico			4	29	30	76		1	13
Assistente Operac.			5	38		9			5
Informático				2	15	5			12
TOTAL	22	254	26	334	123	191	10	2	102

k) Estrutura Remuneratória

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de Dezembro, tendo por base as remunerações mensais ilíquidas (remuneração base+ suplementos) era a seguinte:

QUADRO 12 – ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	Nº TRABALHADORES	%
Até 500 €	0	0
501-1000 €	33	29,7%
1001-1250 €	6	5,4%
1251-1500 €	18	16,3%
1501-1750€	16	14,4%
1751-2000 €	6	5,4%
2001-2250 €	2	1,8%
2251-2500 €	5	4,5%
2501-2750 €	2	1,8%
2751-3000 €	12	10,8%
3001-3250 €	0	0%
3251-3500 €	5	4,5%
3501-3750 €	2	1,8%
3751-4000 €	3	2,7%
...		
5751-6000 €	1	0,9%
TOTAL (1)	111	100%

Nota: Consideram-se apenas os trabalhadores em RCTFP. Excluem-se as aquisições serviços.

Conclui-se que cerca de 30% dos trabalhadores auferem entre 501 e 1000€ e 31% entre 1251 e 1750€. Somando estas percentagens, contabilizam-se mais de 60% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassam os 1750 €. No escalão dos 2751-3000 € identificam-se cerca de 11% e no intervalo 3251-4000 € contabilizam-se 9%, que somados totalizam 20% dos trabalhadores.

Em termos de Remuneração Mínima e Máxima, por género, as remunerações brutas ilíquidas distribuíam-se da seguinte forma:

(euros)

REMUNERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Mínima	649	532
Máxima	5.963	3.794

O leque salarial ilíquido obtido a partir da maior remuneração base ilíquida, que em 2009 ascendeu a € 5963, e a menor remuneração base ilíquida, que em 2009 ascendeu a € 532 foi de 11,2.

l) Encargos com Pessoal

O total dos encargos com pessoal totalizaram € 3.650.566 distribuídos pelas seguintes despesas:

					(euros)
ENCARGOS C/ PESSOAL	SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS	ENCARGOS C/ PRESTAÇÕES SOCIAIS	ENCARGOS C/ BENEFÍCIOS SOCIAIS	TOTAL	
3.388.525,24	107.782,12	47.587,42	106.671,52	3.650.566	

m) Acidentes e Doenças Profissionais

Não ocorreram acidentes de serviço e doenças profissionais durante o ano 2009. Foi adquirido equipamento de protecção para a equipa dos vigilantes e fiscalização ambiental no valor de € 150.

n) Formação Profissional

Em 2009 a formação profissional registada corresponde a acções promovidas por entidades externas públicas ou privadas, na sua maioria co-financiadas, pelo que não implicaram custos para os serviços.

A CCDR Algarve apenas promoveu uma acção interna na área do Direito, com uma duração de 7 horas, em que participaram 37 formandos.

Em 2008 foi submetida uma candidatura ao POPH que foi reprovada numa primeira fase, tendo estes serviços submetido uma versão reformulada da candidatura durante o ano 2009. Como entretanto não foi aprovada em tempo útil, não foi possível realizar a formação interna prevista para este ano.

De acordo com o Relatório Anual da Formação apresentado anualmente à DGAEP – Direcção Geral da Administração e do Emprego Público em 2009 contabilizaram-se 24 participações em

acções de formação. Num total de 774 horas e envolvendo 249 formandos. A despesa anual com a participação em acções de formação não co-financiadas promovidas por entidades externas totalizou € 600.

o) Relações Profissionais

Entre os efectivos da CCDR Algarve contabilizam-se 10 trabalhadores sindicalizados.

A Comissão Paritária eleita em 2008 conta com a participação de 10 trabalhadores.

p) Disciplina

Em 2009 não há registo de processos disciplinares.

IV – AVALIAÇÃO FINAL

Embora num quadro difícil de escassez estrutural de recursos, foi possível cumprir os objectivos definidos no âmbito do QUAR (dos 7 objectivos fixados, 5 foram superados e 2 atingidos), não só porque estes foram definidos de forma realista, tendo em conta os meios disponíveis, mas também devido ao empenho da generalidade dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Neste contexto, proponho nos termos do disposto no nº 1 do artigo 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a atribuição da menção de desempenho de BOM à CCDR Algarve.

ANEXO I

*Tabelas de Execução por
Objectivos Estratégicos / Objectivos das Unidades Orgânicas*

Objectivo Estratégico I

OBJECTIVO ESTRATÉGICO I

Criar as condições para o desenvolvimento regional sustentável, numa perspectiva de valorização da natureza, do ambiente e do território

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ I.1	Reducir os passivos ambientais da região	DVC	OB 3	Remoção integral dos resíduos em sucatas ao longo do ano, em partilha com DSA	N.º de situações de sucatas desactivadas durante o ano	10 Sucatas	27 Sucatas	Através de um rigoroso e contínuo acompanhamento das várias sucatas, da parte dos funcionários envolvidos, o objectivo estabelecido foi largamente superado	A título de evidências, em anexo segue "Ponto de Situação dos Parques de Sucata na Região do Algarve", com a indicação dos considerados limpos em 2009 no grupo - Locais Limpos
OBJ I.2	Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento	DVC	OB 3 (indir.)	Assegurar a realização de acções de fiscalização ao longo do ano, expresso pela participação de cada um dos técnicos nos correspondentes relatórios	N.º de relatórios de campo ao longo do ano	365 Relatórios (no início de Outubro a "Meta" foi reduzida para 340 Relatórios)	414 Relatórios	Através de um elevado empenho e rigoroso zelo da parte dos funcionários envolvidos, o objectivo estabelecido foi largamente superado	A alteração da "Meta" no início de Outubro deveu-se à saída de um dos dois Vigilantes da Natureza. A título de evidências, em anexo segue cópia da última Folha de Registo dos Relatórios de Fiscalização de 2009
OBJ I.4	Reducir os passivos ambientais	DSA	OB 3	Limpeza de 10 locais com parques de sucata	Nº de locais limpos	Limpar 10 locais	27 locais	Tarefa executada de forma sistemática e permanente com grande empenho por parte dos técnicos envolvidos	Lista de sucatas identificadas e respectiva data de limpeza
OBJ I.5	Promover a reestruturação da rede da qualidade do ar	DSA		Repor em funcionamento a rede da qualidade do ar	Reavaliar a dimensão da rede	50% da rede em funcionamento em Dezembro de 2009	A rede de qualidade do ar não entrou em funcionamento	A candidatura de suporte à reposição da rede da qualidade do ar em funcionamento só foi aprovada a 26 de Novembro de 2009, não sendo possível efectuar, até ao fim do ano, as aquisições necessárias.	Cópia do relatório de aprovação da candidatura
OBJ I.6	Apoiar o planeamento de infra-estruturas e redes de serviços que permitam assegurar o desenvolvimento coerente à escala regional	DSDR / DER		2 Relatórios com a fundamentação de uma metodologia integrada de intervenção apresentados até 01/12/2009	N.º de relatórios apresentados no prazo / N.º de relatórios não apresentados no prazo	2 Relatórios apresentados até 01/12/2009	2 Relatórios apresentados até 01/12/2009 (Áreas de Acolhimento Empresarial e Ecovia)		2 Documentos

Objectivo Estratégico II

OBJECTIVO ESTRATÉGICO II

Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional das orientações em termos de desenvolvimento regional, de políticas públicas ao nível da região, da promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ II.1	Incrementar a capacidade de Observação das Dinâmicas Regionais	DSDR	OB 2	Criar bateria de indicadores de monitorização	Criada no prazo / Não criada no prazo	30/06/2009 10 Indicadores, dos quais: - 4 de contexto; - 3 de realização; - 3 de resultado.			<ul style="list-style-type: none"> ▪ CODR - Proposta de indicadores ▪ Algarve Conjuntura – Boletim n.º 1 (versão de trabalho)
OBJ II.2	Realização de seminários que contribuam para influenciar a agenda regional	DSDR		N.º de seminários	Realizado / não realizado	5 Seminários	EEN - 14 eventos (seminários, workshops, sessões formativas), individual ou oe em parceria com outros entidades ED – Realizados 5 seminários, colaboração em 5 e realização de 20 sessões de informação nas escolas		EEN - Existem programas dos eventos, listas de participantes e demais documentação de suporte.
OBJ II.3	Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional	DSDR	OB 4	Nº de participações em projectos internacionais	N.º de projectos / acções	2 Projectos / Acções	<u>Participação em 3 projectos internacionais:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação no Grupo de Trabalho “Turismo e Património Cultural” da EACI – Agência Executiva para a Competitividade e Inovação (como membro português) ▪ Adesão ao projecto NECSTOUR - <i>Netwoork of European Competitive and Sustainable Tourism Regions</i> ▪ Participação no Grupo Local de Desenvolvimento do projecto transnacional LAP's & RAP's 		Projectos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agenda da segunda reunião do grupo de trabalho ▪ Documento de adesão ao projecto ▪ Relatório de execução do projecto

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ II.3 (cont.)	Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional						<u>3 Accções:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização do evento ANDALUSIADAS 2009 (29 e 30 Outubro) ▪ Participação na Feira Internacional de Berlim a 11 e 12 Março – (co-organização do Encontro empresarial para o sector do turismo); ▪ Conferência anual da Rede Enterprise Europe Network (7 a 9 de Outubro em Estocolmo) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento e lista de presenças ▪ Agenda de trabalhos; Lista de participantes e Lista de organizadores/ parceiros ▪ Programa do evento; Documento de confirmação da presença
OBJ II.4	Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas	DSDR	OB 5 (indir.)	N.º de respostas e solicitações / respostas	N.º de respostas a solicitações	Dar resposta a 30 solicitações	EEN - 148 Respostas a solicitações ED - 92 respostas a solicitações		EEN - Existe registo informático do atendimento.
OBJ II.5	Estudo sobre a capacidade financeira dos municípios do Algarve	DSAJAL		Concluir os termos de referência até Dezembro de 2009	Termos de referência concluídos	Dezembro de 2009	Os Termos de referência foram concluídos até Dezembro de 2009		Foram elaborados gráficos relativos à prestação de contas de 2008.
OBJ II.6	Análise dos Balanços Sociais das Autarquias	DSAJAL		Verificar e solicitar, às autarquias, a correcção dos erros detectados até Agosto 2009		Processo concluído até final Julho de 2009 e elaboração de 1 publicação até final de Novembro	Foi efectuada a verificação e foi solicitado aos municípios onde existiam divergências que procedem às respectivas correcções, até Agosto de 2009.	A publicação não foi efectuada.	Foram elaborados quadros e gráficos referente aos balanços sociais de 2007 e de 2008.
OBJ II.7	Incrementar a capacidade de Observação das Dinâmicas Regionais	DSDR / DER	OB 2 (indir.)	Implementar o Observatório das Dinâmicas Regionais	Concluído no prazo / não concluído no prazo	30/06/2009	Concluído no prazo		Despacho Nomeação Apresentação do CODR na Comissão Acompanhamento Estratégico

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de Cálculo				
OBJ II.8	Elaborar estudos de diagnóstico e prospectiva de carácter regional	DSDR / DER		Oportunidade do tema (medida por inquérito nas sessões públicas de apresentação) Grau de relevância da identificação de oportunidades e factores críticos de desenvolvimento (aferido junto das entidades regionais associadas ao tema)	% de avaliações positivas das sessões públicas de apresentação Grau de relevância da identificação de oportunidades e factores críticos de desenvolvimento (aferido junto das entidades regionais associadas ao tema)	50% Avaliações positivas 50% Avaliações positivas	Seminários: <ul style="list-style-type: none">▪ Projecto Áreas de Acolhimento Empresarial▪ A Náutica Desportiva e de Lazer▪ Áreas Baixa Densidade - Avaliação das intervenções realizadas e acções para o futuro▪ Algarve - Agenda Regional do Mar		
OBJ II.10	Desenvolver e acompanhar actividades no domínio do planeamento regional e local	DSDR / DP	OB 2 (Indir.)	% Actividades desenvolvidas / acompanhadas	% Actividades desenvolvidas / acompanhadas	Desenvolver / acompanhar 100 % das actividades com intervenção da Divisão	Acompanhadas / desenvolvidas 100 % das actividades com intervenção da Divisão		Evidências apresentadas ao nível dos projectos previstos no Plano
OBJ II.11	Colaborar na implementação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da participação na sua concepção e na recolha, tratamento e fornecimento de dados do Eixo 1 do PO Algarve 21	DSDR / DP	OB 2 (Indir.)	Fichas elaboradas (anexos aos formulários de candidatura completos para tipologias de operação c/ concursos abertos até essa data)	Fichas de recolha de informação elaboradas no prazo/ não elaboradas no prazo	Participação na concepção do CODR através da elaboração das fichas de recolha de informação relativa às candidaturas até 30/06/20092	Participação na concepção do CODR através da elaboração das fichas de recolha de informação relativa às candidaturas até 30/06/20092		
OBJ II.12	Realizar um seminário que contribua para influenciar a agenda regional	DSDR / DP		N.º de seminários	Realizado / não realizado	1 Seminário	1 Seminário realizado (organizado em parceria com a Direcção Regional de Economia do Algarve e AICEP)		<ul style="list-style-type: none">- Correspondência trocada entre a CCDR e a AICEP- Procedimento para aquisição bens/serviços- Convite enviado- Divulgação do evento na imprensa regional

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de Cálculo				
OBJ II.13	Colaborar na implementação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da participação na sua concepção e na recolha, tratamento e fornecimento de dados dos Programas Operacionais de Cooperação 2007-2013	DSDR / DCoop	OB 2 (indir.)	N.º de fichas elaboradas contendo informação relativa à execução dos projectos, por parceiro	Fichas de recolha de recolha de informação elaboradas no prazo / não elaboradas no prazo	Fornecimento de informação até 31/10/2009	A informação fornecida foi sobre os projectos aprovados na 1ª Convocatória POCTEP		A Divisão de Cooperação forneceu informação sobre os projectos aprovados no POCTEP a 12 de Agosto de 2009 A 30 de Novembro a informação foi actualizada
OBJ II.14	Reducir em 15% do número de pedidos de parecer jurídicos pendentes solicitados pelos diversos sectores da CCDR, autarquias, grande área metropolitana do Algarve ou outras entidades (existem +ou - 60)	DSAJAL / DAJ		Nº de pareceres elaborados e enviados	N.º pareceres elaborados e enviados	Redução em 15% do n.º dos pareceres solicitados	Redução de 36%		
OBJ II.15	Reducir o número de processos pendentes em 10%	DSAJAL / DAJ		Nº de Processos finalizados (não inclui os prescritos)	Processos finalizados	Redução em 10% o n.º de processos pendentes	Redução de 16%		NºPCO em instrução em 31/12/2008 – 959; NºPCO em instrução em 31/12/2009 - 805; finalizados 154
OBJ II.16	Compilar e tratar os pareceres jurídicos de 2008 (publicação “Resumo dos pareceres jurídicos 2008”), para divulgação no site da CCDR Algarve até 30 de Julho 2009	DSAJAL / DAJ		Documento produzido	Documento produzido no prazo / não produzido no prazo	Até 30 de Julho 2009	Documento produzido no prazo		

Objectivo Estratégico III

OBJECTIVO ESTRATÉGICO III

Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do PROT Algarve

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ III.1	Dinamizar a implementação do PROT Algarve	DSOT	OB 1						
Prj III.1.1	Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve no âmbito do acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos planos especiais e municipais de ordenamento do território e da respectiva avaliação ambiental.	DSOT	OB 1	Garantir a actuação da CCDR no âmbito do acompanhamento de elaboração, alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial - planos especiais e municipais de ordenamento do território, e das respectivas avaliações ambientais estratégicas -, através da adequada verificação das normas legais e regulamentares e da atempada tramitação dos mesmos, tendo por base a emissão de pareceres e os demais procedimentos legais previstos.	Acompanhamento, do mínimo, de 20 processos relativos a planos especiais e municipais de ordenamento do território e respectivas avaliações ambientais estratégicas, de acordo com relatório semestral de monitorização a elaborar. Aferição de propostas de expansão dos perímetros urbanos face às normas orientadoras do PROT Algarve e recolha de dados relativos aos indicadores urbanísticos, com base nos pareceres.	Assegurar a implementação das políticas (de nível nacional e regional) de Ordenamento do Território e Ambiente integradas no PROT Algarve.	- 4 Reuniões do Observatório do PROT Algarve. - 22 Conferências de Serviços; - 2 Reuniões Plenárias (PDM de VRSA e PDM de Silves);		Actas das reuniões do Observatório do PROT Algarve
Prj III.1.2	Emitir parecer nos termos da lei, em matéria de uso, ocupação e transformação do território, exercer as competências no âmbito dos regimes jurídicos da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional e colaborar com os demais sectores da CCDR no apoio à decisão sobre projectos e programas.	DSOT	OB 1 (indir.)	Promover a consulta às entidades que nos termos da lei devam emitir parecer, aprovação ou autorização de localização e assegurar a decisão final do processo.	Resposta à totalidade dos requerimentos, no prazo legal, conforme listagem a extrair do GDoc	Assegurar o papel de Entidade Coordenadora no processo de consulta às entidades externas, sobre operações urbanísticas em razão da localização.	Foram processadas pela CCDR todas as solicitações enviadas através da Plataforma Informática do RJUE.		

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de Cálculo				
Prj III.1.2 (cont)	Emitir parecer nos termos da lei, em matéria de uso, ocupação e transformação do território, exercer as competências no âmbito dos regimes jurídicos da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional e colaborar com os demais sectores da CCDR no apoio à decisão sobre projectos e programas.	DSOT	OB 1 (indir.)	Emissão de parecer de localização sobre a viabilidade de programas ou projectos.	Pareceres de localização emitidos (nomeadamente informações, pareceres, comunicações de serviço, ofícios, faxes e email), aferidos através de listagem, extraída do GDoc.	Assegurar o cumprimento dos instrumentos de gestão territorial em vigor, garantir a salvaguarda da estrutura biofísica inerente à REN e contribuir para a preservação dos solos de maior potencial produtivo no âmbito da RAN.	<ul style="list-style-type: none"> – Foram emitidos 183 pareceres no âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN). – Participação técnica da representante da CCDR em todas as reuniões da Entidade Regional da RAN (51 reuniões). 		
Prj III.1.3	Orientar e apoiar tecnicamente a execução de boas práticas de gestão territorial e ambiental, colaborar na realização de acções de divulgação técnica em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza, valorização da paisagem e qualificação das cidades, bem como acompanhamento de projectos candidatos a fundos comunitários.	DSOT	OB 1 (indir.)	<p>Delinear as Orientações Estratégicas Regionais da REN e o Esquema Regional de Referência, no quadro do novo regime jurídico, para apoio à delimitação concelhia da REN.</p> <p>Assegurar o acompanhamento e garantir a prestação de informação técnica às delimitações concelhias da REN (a cargo das autarquias).</p> <p>Promover a transposição cartográfica e regulamentar dos conteúdos da ERPVA para os planos municipais de ordenamento do território</p>	<p>Relatório definidor das orientações estratégicas para o Algarve</p> <p>Mapa e memória descritiva / justificativa, referente ao esquema regional de referência.</p> <p>5 Prestações de informação técnica escrita e cartografada de apoio à delimitação da REN concelhia.</p>	<p>Cumprimento obrigações do novo regime da REN</p> <p>Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA).</p> <p>Assegurar que o processo de ocupação e transformação do território se processe de forma harmoniosa, com o objectivo de promover a coesão e o equilíbrio territorial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Elaboração do documento de trabalho denominado “Orientações Estratégicas para a Região do Algarve”. – Assegurado no âmbito dos 24 pareceres emitidos sobre os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) em sede de conferência de serviços, reuniões plenárias ou, ainda, no acompanhamento solicitado pelas câmaras municipais. 		

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de Cálculo				
Prj III.1.3 (cont.)	Orientar e apoiar tecnicamente a execução de boas práticas de gestão territorial e ambiental, colaborar na realização de acções de divulgação técnica em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza, valorização da paisagem e qualificação das cidades, bem como acompanhamento de projectos candidatos a fundos comunitários.	DSOT	OB 1 (indir.)	<p>Promover análise crítica das soluções defendidas pelas autarquias no processo de planeamento, contrapondo com soluções julgadas mais convenientes para a execução de boas práticas de ordenamento e gestão territorial</p> <p>Apresentação de comunicações em seminários ou encontros técnicos promovidos ou participados pela CCDR em matéria de ordenamento do território, ambiente ou conservação da natureza.</p> <p>Assegurar qualidade e eficácia na colaboração com Entidades da Administração Central e/ou Local, assegurando o cumprimento dos pedidos de representação, no prazo estabelecido na legislação, com qualidade e eficácia.</p>	<p>1 Exercício de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal de PDM ou Plano de Urbanização.</p> <p>Em pelo menos 50% dos planos especiais e municipais de ordenamento do território acompanhados.</p> <p>3 Participações em seminários, encontros técnicos ou outras acções de divulgação.</p> <p>10 Participações em reuniões técnicas.</p>		<ul style="list-style-type: none"> – Proposta de delimitação para o concelho de Albufeira. – Foi assegurada a apreciação técnica para o conjunto dos 24 PMOT apreciados e respectivos processos de avaliação Ambiental Estratégica, em estreita colaboração com a DSA e DER. – Comissão Nacional da REN (6); – Entidade Regional da RAN (51); – Conselho Estratégico da RNSCMVRSA (2); – Conselho Estratégico PN Ria Formosa (1); – Conselho Região Hidrográfica Algarve (3); 		

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de Cálculo				
Prj III.1.3 (cont.)	Orientar e apoiar tecnicamente a execução de boas práticas de gestão territorial e ambiental, colaborar na realização de acções de divulgação técnica em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza, valorização da paisagem e qualificação das cidades, bem como acompanhamento de projectos candidatos a fundos comunitários.	DSOT	OB 1 (indir.)	Garantir a representação da CCDR em comissões de acompanhamento de planos, programas, estudos e conselhos estratégicos de áreas protegidas, entre outros.	Através de relatório de monitorização semestral a elaborar		<ul style="list-style-type: none"> – Comissão de Autorização Comercial - COMAC (4); – Conselho Nacional Cartografia (3); – Estudos Estratégicos /Aeroporto de Faro (3); – AICEP (4). – Reuniões de Júri do Concurso Público – Sé de Silves / Coberturas (2); – Reuniões de Júri do Concurso Público “2 Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) – Tavira (4); – Reuniões bilaterais do Projecto ANDALBAGUA (2). 		

Objectivo Estratégico IV

OBJECTIVO ESTRATÉGICO IV

Contribuir para uma aplicação dos fundos comunitários que promovam eficazmente a competitividade e desenvolvimento económico e social da região

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ IV.1	Garantir que 75% dos pedidos de pagamento do PROALGARVE apresentados pelos beneficiários e respetivo pagamento se realize no prazo inferior a 30 dias (pressupõe 5 dias úteis para pagamento na DSAF)	Gestão de Fundos Comunitários (PROALGARVE)	OB 5	Prazo médio de apreciação de pedidos (% de pedidos de pagamento que cumpriram os prazos – igual ou superior a 75%)	nº de pedidos de pagamento e respectivo pagamento realizados no prazo / total dos PP	75%	84% Em 263 Pedidos de Pagamento - 221 cumprem os prazos.	- Desvios positivos - Foi ultrapassada a meta	Quadros despesa - até à data final de contabilização de despesa (17/08/2009) (Evidências – ANEXO 1)
OBJ IV.2	Assegurar o encerramento de 100% dos projectos aprovados no PROALGARVE até 31/08/2009, nas Medidas a cargo do Grupo (80% das Medidas sem contar com Assistências Técnicas)	GFC (PROALGARVE)	OB 5 (indir.)	% de candidaturas encerradas em cada Medida % de medidas encerradas até 31/08/2009	% de medidas encerradas	80% 100%	72% Em 31/12/2009 encontravam-se encerradas 18 das 25 Medidas (sem Assistência Técnica).	- Ver texto anexo	- Objectivo reformulado - Contabilização em 31/12/2009 (Evidências ANEXO 2)
OBJ IV.3	Completar 3 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PROALGARVE / PO Algarve 21, até final de 2009	GFC (PO Algarve 21 e PROALGARVE)	OB 5 (indir.)	nº de instrumentos a funcionar no final do ano	nº de instrumentos a funcionar no final do ano	3/4	5 instrumentos de apoio à gestão e de informação finalizados.	- Desvios positivos - Ultrapassada a meta	- Relatório de Execução 2008 - Site actualizado - Manual de procedimentos - Descrição de Sistemas - Sistema de Informação (Evidências ANEXO 3)
OBJ IV.4	Assegurar a execução a 100% das acções de controlo de 1.º nível previstas nos Planos de Acção de Controlo (PAC) de 2002 a 2008 até 30/08/2009	GFC (PO Algarve 21 e PROALGARVE)	OB 5 (indir.)	n.º de acções de controlo de 1.º nível concluídas	n.º de acções de controlo de 1.º nível concluídas	3 a 4	91% Em 31/12/2009 encontravam-se concluídas 302 das 332 acções de controlo de 1º Nível planeadas.	- Ver texto anexo	- Objectivo reformulado - Contabilização em 31/12/2009 (Evidências ANEXO 4)

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ IV.5	Assegurar a decisão até ao final do ano, sobre as candidaturas do PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados até 31/10/2009	GFC (PO Algarve 21)	OB 5 (indir.)	% das candidaturas com decisão de aprovação/não aprovação com notificação ao promotor. (Para concursos fechados de 15/12/2008 a 31/10/2009)	nº de candidaturas com decisão de aprovação ou não aprovação e com notificações ao promotor / total de candidaturas apresentadas.	75%	88 % Em 31/12/2009 encontravam-se decididas com notificação ao promotor 97 candidaturas em 110 candidaturas apresentadas em concursos encerrados até 31/10/2009.	- Desvios positivos - Ultrapassada a meta	Quadro com concursos (Evidências ANEXO 5)
OBJ IV.6	Assegurar a representação externa da CCDR nos organismos internacionais de que é membro: CRPM, CIM, Comissão do Arco Atlântico, bem como nas reuniões dos órgãos de gestão dos Programas de Cooperação em vigor no presente ano, desde que assegurados os meios financeiros adequados	DSDR / DCoop	OB 4 <i>OB 5 (indir.)</i>	% de reuniões em que se participa	% de reuniões em que se participa	Participar em 80% das reuniões para as quais a CCDR seja convocada / convidada	No âmbito do POCTEP (órgãos de gestão) participação em 3 ações: <ul style="list-style-type: none">▪ 4º Comité de Gestão Conjunto – Badajoz▪ 5º Comité de Gestão Conjunto – Santiago de Compostela▪ 3º Comité de Acompanhamento – Santiago de Compostela No âmbito da cooperação transfronteiriça participação em 1 ação: <ul style="list-style-type: none">▪ Comissão Mista Luso Espanhola - Évora	Relativamente à participação em organismos internacionais, a representação não foi assegurada por manifesta indisponibilidade financeira (quotas CRPM em atraso há 2 anos)	<u>Evidências - Projectos:</u> <ul style="list-style-type: none">▪ Acta da reunião▪ Acta da reunião▪ Acta da reunião <u>Evidências - Ações:</u> <ul style="list-style-type: none">▪ Acta da reunião e Documento das conclusões operacionais

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ IV.7	Dinamizar a Cooperação Transfronteiriça, através da Comunidade de Trabalho Algarve – Andaluzia, do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças – GIT AAA, da Comissão Luso Espanhola e do acompanhamento físico e financeiro dos Programas INTERREG III A e POCTEP, em particular assegurando as funções que cabem à CCDR, como Organismo Intermédio, c.f. definido no Programa Encerram. do INTERREG III A	DSDR / DCoop	OB 5	% da despesa apresentada e tempo médio de resposta	% da despesa apresentada e tempo médio de resposta	Garantir que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projectos POCTEP seja validada no prazo inferior a 30 dias úteis	A despesa apresentada ao POCTEP foi introduzida em FONDOS 2007 até 15 de Dezembro de 2009, como exigido pelo Programa		
OBJ IV.8	Dinamizar a Cooperação Transnacional e Interregional, através da sua divulgação na pagina Web da CCDR, fomento de parcerias e apoio à instrução de candidaturas, através da emissão de pareceres de enquadramento regional	DSDR / DCoop	OB 4 OB 5 (indir.)	N.º de participações em projectos e acções internacionais	N.º de participações em projectos e acções internacionais	Participação em 1 projecto e 3 acções internacionais	Participação em <u>3 projectos</u> ▪ GIT IV; ▪ PAYS MED URBAN ▪ ANDALBAGUA; Participação em <u>3 acções</u> : ▪ Seminário “Custos de Contexto Transfronteiriço” (reuniões preparatórias) ▪ Seminário Espaço Ibérico – Cáceres ▪ Lançamento do Projecto ANDALBAGUA em Ayamonte		<u>Evidências - Projectos:</u> ▪ Documento notificação da aprovação do projecto ▪ Documento notificação da aprovação do projecto / Acta do 1.º Comité de Pilotagem ▪ Documento notificação da aprovação projeto <u>Evidências - Acções:</u> ▪ Actas da 1.ª e 2.ª reunião da parte portuguesa do Comité Sectorial / Acta da 1.ª reunião geral do Comité Sectorial ▪ Programa do evento / Lista de entidades convidadas / Convite ▪ Agenda de trabalhos / Lista de participantes / Acta da sessão

Objectivo Estratégico V

OBJECTIVO ESTRATÉGICO V

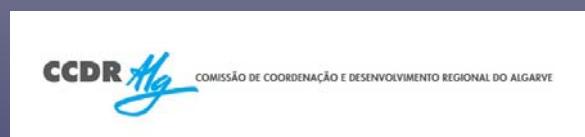
Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ V.1	Reducir o prazo de verificação de situações no campo: a) No âmbito de emissão de pareceres e outras situações muito urgentes b) No âmbito de reclamações ou outras situações afins	DVC	OB 5 (Indir.)	Assegurar que sejam verificados no campo pelos técnicos, nos prazos máximos de: a) 5 dias úteis no caso de pedidos dos sectores técnicos, no âmbito da emissão de pareceres, ou outras situações muito urgentes; b) 20 dias úteis no caso de reclamações, ou outras situações afins	Percentagem de relatórios de campo que corresponderam a pedidos verificados pelos técnicos dentro do prazo em relação ao total de pedidos, com contagem a partir de 1 de Março de 2009	90% das situações	100% das situações	Apesar do número significativo de situações em que estiveram envolvidos (139), com um elevado e rigoroso zelo dos funcionários do sector, não foram cometidas falhas relativamente ao objectivo estabelecido, que foi largamente superado	A título de evidências, em anexo segue cópia das folhas de Controlo de Cumprimento de Objectivos – Objectivo 3-a) e 3-b)
OBJ V.2	Promover a atempada colaboração da DSA, nomeadamente na apreciação de processos AAE, emissão de parecer a candidaturas no Âmbito do QREN - Eixo-2, e a representação externa do serviço	DSA		Assegurar a colaboração com os diferentes serviços da CCDR	N.º de solicitações respondidas	Resposta a 80 % das solicitações externas	100%	As solicitações no âmbito das matérias descritas têm prazo de resposta, tendo sido todas respondidas. A DSA fez-se representar nas solicitações externas, nomeadamente comissões de acompanhamento dos aterros, comissões de resíduos, grupo de trabalho da qualidade do ar, reuniões da OCDE, etc	
OBJ V.3	Promover a reavaliação e reabilitação da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve	DSA		Nº de estações em funcionamento	Nº de estações em funcionamento	3 Estações de monitorização em funcionamento até ao fim de 2009	Não foi reposta em funcionamento nenhuma estação de monitorização da qualidade do ar	A candidatura de suporte à reposição da rede da qualidade do ar em funcionamento só foi aprovada a 26 de Novembro de 2009, não sendo possível efectuar, até ao fim do ano, as aquisições necessárias	Relatório de aprovação da candidatura

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ V.4	Organização da rede entre edifícios com a criação de novas VLAN, reestruturação dos bastidores e reorganização da ligação do Blade Center ao core da rede.	DSI		Concretização do Projecto	Prazo	2 Meses depois de terminada a instalação da fibra óptica do Projecto Algarve Digital	Organização e reestruturação realizada com sucessos e sem ocorrência de problemas.		
OBJ V.5	Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24	DSI		% de disponibilidade do servidor durante 365x24	% de disponibilidade	Superior a 99%	Disponibilidade superior a 99,5%		
OBJ V.6	Reestruturação do Site do Europe Direct	DSI		Concretização do Projecto	Prazo	Conclusão até 31/07/2009	Conclusão em 31/12/2009	Falta de disponibilidade orçamental para cumprir no prazo previsto.	
OBJ V.7	Garantir o Apoio aos Utilizadores dos Sistemas informáticos.	DSI		Resposta a pedidos de Helpdesk	Prazo de resposta	2 dias	Prazo de resposta cumprido para 92% dos pedidos		Os pedidos que ultrapassaram o prazo são de Nível II. Os pedidos de Nível I foram todos dentro da meta prevista.
OBJ V.8	Facultar informação sobre a instituição e suas actividades proporcionando ao exterior um site útil, actual e completo.	DSI		Pedidos de actualização do site	Prazo de resposta	3 dias	Prazo de resposta cumprido para 98% dos pedidos		
OBJ V.9	Modernização das Plataformas Tecnológicas	DSI		Actualização de equipamentos	% de equipamentos actualizados	10%	20% incluindo upgrades de equipamentos existentes		
OBJ V.10	Modernização dos Sistemas de Informação	DSI		Concretização de Projectos	% de projectos implementados	100%	Implementados os 3 projectos previstos: Sistema Integrado de Gestão, Portal Compras, SIGA.21		

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica / Projecto	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ V.11	Actualizar, no site da CCDR, informação relativa aos programas acompanhados pela DSAJAL e inserir publicações sobre “pareceres jurídicos”, “candidaturas /projectos” e Balanços Sociais	DSAJAL		Actualizações efectuadas até final de Dezembro de 2009	Actualizações efectuadas	Efectuar as actualizações e elaborar 1 publicação até Novembro 2009	Foram actualizados os conteúdos dos programas acompanhados pela DSAJAL e inseridas as publicações sobre “pareceres jurídicos” e “Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva”.		A publicação sobre o “Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva” foi apresentada num workshop, inserida na página da CCDR/ publicações e divulgada pelas entidades beneficiárias do programa.
OBJ V.12	Monitorizar a execução orçamental definindo e imputando as despesas por Centros de Custos e garantir que os desvios orçamentais não são superiores a 15% face ao orçamentado corrigido	DSGAF	OB 7	Desvio Orçamental face ao orçamentado corrigido não superior a 15%	Desvio Orçamental	Desvio Orçamental não superior a 15%			Execução orçamental e Sistema de Informação SIGO
OBJ V.13	Implementar o Sistema Integrado de Gestão até 31/12/2009 e elaborar um relatório de apoio à decisão com a informação custos / proveitos por unid.orgânica	DSCGAF	OB 6	Implementação até 31 de Dezembro de 2009	Data de implementação	Prazo: 31/12/2009			Sistema Integrado de Gestão
OBJ V.14	Garantir um prazo médio de resposta às solicitações externas (MAOTDR, DGO, DSPIIDAC, Tribunal de Contas, Auditorias, de 5 dias úteis	DSCGAF	OB 5	Nº de dias decorridos do prazo de resposta	Nº de dias de resposta	Prazo médio de resposta: 5 dias úteis			Sistema de Gestão Documental GDOC e Sistema de Informação SIGO
OBJ V.15	Efectuar o controlo e monitorização permanente da execução orçamental, garantindo o registo sistemático nas várias aplicações (SINGAP, SIGO, SIC E SIPIDDAC) e assegurando a redução do nº de erros de registo para 15, considerando o universo de 30	DSCGAF / DF		Nº de erros	Nº de erros de registo	Redução do nº de erros de registo para 15, considerando o universo de 30			

N.º	Objectivo da Unidade Orgânica	Unidade Orgânica	Relação com OB QUAR (quando existir)	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / Evidências
				Descrição	Fórmula de cálculo				
OBJ V.16	Elaboração de fluxograma e descritores de controlo dos circuitos dos documentos no Sistema Integrado de Gestão por área, por processo e posto de trabalho visando a elaboração do Manual do Utilizador em 2010	DSCGAF / DF		Elaboração do fluxograma até 31/12/2009	Fluxograma elaborado	Prazo: 31/12/2009	DPE: 30/11/2009		
OBJ V.17	Recolha de informação, análise e sistematização sobre os procedimentos de aquisição, ao abrigo do DL 18, para elaboração de Manual de Aquisições de Bens e Serviços	DSCGAF / DPE		Apresentação até 31/10/2009 dos mapas sistematizados dos procedimentos de aquisição	Mapas sistematizados dos procedimentos de aquisição	Prazo: até 31/10/2009	30/10/2009		
OBJ V.18	Reformulação e actualização do Cadastro e Inventário dos Bens Móveis, no âmbito do quadro legal existente.	DSCGAF / DPE		Actualização a 100% do cadastro e Inventário dos bens móveis a 31/12/2009.		Actualização de 100% a 31/12/2009	80%	O SI Gestão só entrou em funcionamento em Junho de 2009 e a reorganização interna dos serviços originou grandes alterações ao nível da localização dos bens, implicando a validação física de todos os bens inventariados. Face ao n.º de bens (cerca de 11.000) não foi possível garantir os 100%.	



Sede
Praça da Liberdade, 2
8000-164 FARO

Ambiente
Largo S. Francisco, 39
8000-142 Faro

Ordenamento
Palacete Doglioni
Rua Lethes, 32
8000 Faro - Portugal

Telef.: 289 895 200/99 Fax: 289 889 099

<http://www.ccdr-alg.pt>

Email:geral@ccdr-alg.pt

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Objectivo n.º 5

Resposta aos emails do DPP de 20/09/2010 e 06/10/2010

ANEXOS

Esclarecimentos – Realização do Objectivo 5

Em conformidade com o solicitado no vosso e-mail de 20 de Setembro cumpre-me informar que inicialmente, isto é em 2008, o âmbito do Objectivo 5 do QUAR era relativamente restrito, tendo sido alargado em 2009, passando a incluir a EAT (Estrutura de Apoio Técnico à gestão dos fundos Estruturais e a DSA (Direcção de Serviços de Ambiente) e a DSOT (Direcção de Serviços de Ordenamento do Território. Ao incluir este objectivo em 2009 teve-se o cuidado de precisar que o objectivo seria alcançado “em média”, já que se tinha consciência que, quanto à EAT e DSA a dotação em meios humanos relativamente às solicitações tornava o objectivo, embora exigente, alcançável. Já quanto à DSOT, tinha-se consciência que, salvo concretização dos recrutamentos solicitados para substituição de saídas, o objectivo seria praticamente inalcançável (relembre-se, por exemplo, que a DSOT não dispõe de momento de um único jurista)

À luz do que precede, creio ser facilmente explicável, porque é que este objectivo foi apenas cumprido “em média”, ou parcialmente se analisado sector a sector, já que nem todos os sectores conseguiram situar-se acima da fasquia pretendida.

ANEXO I

ESTRUTURA DE APOIO TÉCNICO (EAT) À GESTÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

Tendo em consideração o peso que a gestão do PROALGARVE teve na actividade da CCDR no ano 2009, as actividades nesta área foram incluídas no universo de avaliação do cumprimento do Objectivo 5 do QUAR. A análise dos dados disponíveis – com base em critérios baseados nas disposições aplicáveis¹ – confirma que o Programa Operacional atingiu as metas previstas.

No ano de 2009 e até ao encerramento do PO, entraram e foram analisados pela EAT **574 pedidos de pagamento (PP)**. Estando a EAT dividida em 3 Grupos de trabalho, a distribuição de trabalho foi a seguinte:

Grupo de Trabalho	Nº de PP
G1	99
G2	410
G3	65
TOTAL	574

Destes 574 PP, 311 não são passíveis de ser utilizados na amostra, já que na grande maioria a sua entrada é posterior a 30/06/2009 (embora se refiram a despesa efectuada e paga pelos beneficiários em momento anterior). Nestes casos, embora os respectivos pagamentos tenham sido feitos em diversas datas posteriores, a data de pagamento é, por condicionalismos próprios do sistema de informação, sempre referida a 30/06/2009, pelo que estes PP não podem ser considerados na amostra.

Descontados estes 311 PP (G1 – 58; G2 – 242; G3 – 11), restam 263 PP passíveis de ser considerados (574-311=263).

Destes 263 PP, **221 foram verificados num prazo inferior ao estabelecido** (25 dias úteis de análise: 30 d – 5 dias para pagamento), o que corresponde a uma percentagem de 84% (**221/263**).

Repartição por fundos (Anexo 1)

GRUPOS PP	N.º Total de PP	PP verificados num prazo inferior ao estabelecido	
		N.º	%
Grupo 1	41	38	93%
Grupo 2	168	143	85%
Grupo 3	54	40	74%
TOTAL	263	221	84%

¹ Os prazos de referência para medição do objectivo, decorrem do previsto no âmbito do Manual de Procedimentos do PROALGARVE e dos regulamentos Internos das Unidades de Gestão dos três eixos

ANEXO 1(Ver resultados
última pág.)

99 PP

12 não têm data

46 são a 30/06 ou 1/07

58

contam 41 PP; 3 não cumprem e 38 cumprem
38/41=93%**DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009****GRUPO 1** (Medidas 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 1.6 e 2.1)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-01-01-FDR-00002	Arranjo Urbanístico antiga EN125 em Ferreiras (incluindo cruzamento e acessos)	9	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
		10	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-01-FDR-00074	Reconstrução do Mercado da Avenida - Lagos	2	30-11-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	0
45-01-01-FDR-00079	Circular Norte - São Brás Alportel - 1ª Fase	30	30-11-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	0
45-01-01-FDR-00086	Arranjo Urbanístico do Largo de São Sebastião Parque de Estacionamento	16	16-10-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	0
45-01-01-FDR-00091	Parques de Estacionamento do Parque de Cidades	8	15-06-2009	15-06-2009	23-06-2009	0	1
45-01-01-FDR-00106	Requalificação Urbana de Sagres - Fase II	23	00-00-00	29-05-2009	08-06-2009		
		24	00-00-00	30-06-2009	15-10-2009		
45-01-01-FDR-00110	Parque de Feiras e Exposições de Tavira	12	09-01-2009	11-02-2009	06-03-2009	32	24
		13	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
		14	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-01-02-FDR-00004	Remodelação e Cobertura do Auditório Municipal de Portimão	2	00-00-00	15-06-2009	24-06-2009		
45-01-02-FDR-00012	Centro Escolar de Paderne	8	00-00-00	15-06-2009	24-06-2009		
45-01-02-FDR-00015	Biblioteca Municipal de Tavira	24	13-05-2009	13-05-2009	09-06-2009	0	1
45-01-02-FDR-00027	Centro Escolar do Rogil - Aljezur	3	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
		4	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-01-02-FDR-00038	Auditório Municipal de Olhão	24	16-10-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	0
45-01-02-FDR-00046	Ampliação das Escolas EB 1 do Carvoeiro, Estombar e Porches	5	17-03-2009	24-03-2009	14-04-2009	7	6
45-01-02-FDR-00050	Biblioteca Municipal de Vila Real de St.º António	9	26-05-2009	28-05-2009	08-06-2009	2	3
		10	29-05-2009	29-05-2009	08-06-2009	0	1
45-01-02-FDR-00059	Centro Escolar em Altura	13	23-02-2009	19-03-2009	14-04-2009	26	19
		14	29-05-2009	29-05-2009	08-06-2009	0	1
45-01-02-FDR-00061	Arranjos exteriores e infraestruturas das Piscinas de Quarteira	12	23-02-2009	30-06-2009	15-10-2009	127	92
45-01-02-FDR-00066	Centro Escolar D.Manuel I - Reconv. Espaç. Escol. EB1 e Jardim Infância -Tavira	4	26-05-2009	29-05-2009	08-06-2009	3	4
		5	30-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	0	1
		6	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
45-01-02-FDR-00067	Escola EB1 de São Luis - Faro	8	23-04-2009	19-05-2009	08-06-2009	26	19
		9	29-05-2009	29-05-2009	08-06-2009	0	1
		10	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
		11	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
		12	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
		13	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
		14	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
		15	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
		16	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 1 (Medidas 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 1.6 e 2.1)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-01-02-FDR-00069	Centro Escolar - EB 1 n.º 4 e Jardim de Infância - Loulé	1	24-06-2009	24-06-2009	29-06-2009	0	1
		2	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
		3	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
45-01-02-FDR-00070	Centro Escolar Santa Maria - Lagos	1	25-05-2009	25-06-2009	29-06-2009	30	24
45-01-02-FDR-00071	Ampliação/ Requalificação da EB 1 n.º 1 de Pechão	1	02-06-2009	09-06-2009	29-06-2009	7	6
		2	22-06-2009	24-06-2009	29-06-2009	2	3
		3	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
45-01-06-FDR-00037	Sistema de Drenagem de Águas Residuais do Carvoeiro - fases 1, 2, 3 e 5	4	24-03-2009	27-03-2009	14-04-2009	3	4
45-01-06-FDR-00042	Saneamento Básico de Diversos Locais do Concelho de Faro	26	18-02-2009	23-02-2009	12-03-2009	5	4
		27	27-02-2009	31-03-2009	14-04-2009	34	23
		28	27-02-2009	31-03-2009	14-04-2009	34	23
		29	17-03-2009	29-05-2009	08-06-2009	72	54
		30	08-05-2009	29-05-2009	08-06-2009	21	16
		31	00-00-00	12-06-2009	16-06-2009		
		32	00-00-00	12-06-2009	16-06-2009		
		33	00-00-00	12-06-2009	16-06-2009		
		34	00-00-00	12-06-2009	16-06-2009		
		35	04-06-2009	24-06-2009	30-06-2009	20	15
		36	29-06-2009	30-06-2009	09-07-2009	1	2
		37	29-06-2009	30-06-2009	09-07-2009	1	2
		38	30-06-2009	01-07-2009	10-12-2009	1	2
45-01-06-FDR-00043	Remodelação e ampliação das Redes de Saneamento Básico do Montinho e Barracão	8	23-12-2008	10-03-2009	25-03-2009	77	56
		9	23-12-2008	10-03-2009	26-03-2009	77	56
		10	00-00-00	28-05-2009	08-06-2009		
		11	30-06-2009	30-06-2009	09-07-2009	0	1
		12	30-06-2009	30-06-2009	10-08-2009	0	1
		13	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-06-FDR-00044	Saneamento Básico de Montes do Rio	22	00-00-00	06-05-2009	05-06-2009		
45-01-06-FDR-00045	Saneamento Básico da Zona Norte do Concelho de Castro Marim - 1ª Fase	15	29-05-2009	29-05-2009	08-06-2009	0	1
TOTAL	MEDIDA 1.1 + 1.2+1.6	64			MÉDIA	11	9
45-01-04-FDR-00013	Renovação Urbana da Rua Marquês de Pombal - Alvor	7	00-00-00	15-06-2009	24-06-2009		
45-01-04-FDR-00022	Reab. Ctrlo. Centro Hist. de Silves - Tratamento da Envolvente Norte - SILVESTOPUS	19	12-02-2009	12-03-2009	25-03-2009	30	21
		20	00-00-00	21-05-2009	25-05-2009		
45-01-04-FDR-00027	Fórum Cultural/ Teatro Municipal Portimão	18	30-06-2009	30-06-2009	09-07-2009	0	1
		19	30-06-2009	01-07-2009	10-12-2009	1	2
		20	30-06-2009	01-07-2009	10-12-2009	1	2
45-01-04-FDR-00033	Centro Comunitário do Bairro 28 de Setembro - Olhão	20	10-02-2009	31-01-2009	17-02-2009	-9	0
45-01-04-FDR-00034	Estudos no âmbito do Ordenamento do Território	15	22-06-2009	26-06-2009	29-06-2009	4	5
		16	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 1 (Medidas 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 1.6 e 2.1)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-01-04-FDR-00037	Elaboração Proj. Técnico do Centro de Congressos Parque das Cidades Loulé/ Faro	8	28-01-2009	31-01-2009	17-02-2009	3	3
TOTAL	MEDIDA 1.4	10			MÉDIA	4	4
45-02-01-FDR-00003	Centro Oceanográfico de Sagres - 2ª fase	39	15-06-2009	15-06-2009	25-06-2009	0	1
45-02-01-FDR-00004	Renovação Urbana de Odeleite	6	15-06-2009	15-06-2009	25-06-2009	0	1
45-02-01-FDR-00005	Museu do Mar da Carrapateira - 1ª fase	8	30-06-2009	30-06-2009	06-11-2009	0	1
45-02-01-FDR-00057	Execução da Entrada de Paderne e Acesso ao Centro Paroquial	3	15-06-2009	15-06-2009	25-06-2009	0	1
45-02-01-FDR-00087	Via Algarviana	23	11-12-2008	30-06-2009	17-07-2009	199	144
		24	30-06-2009	30-06-2009	29-07-2009	0	1
45-02-01-FDR-00089	Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação	8	10-02-2009	30-01-2009	17-02-2009	0	0
45-02-01-FDR-00133	Centro de Artes e Ofícios - Arranjos Exteriores	4	11-03-2009	16-03-2009	03-04-2009	5	4
45-02-01-FDR-00152	Centro Cultural Manuel Viegas Guerreiro - Querença	21	30-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	0	1
45-02-01-FDR-00154	Ecovia do Litoral	4	28-02-2009	28-02-2009	12-03-2009	0	0
		5	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-02-01-FDR-00155	Qualificação Urbana da Carrapateira	9	18-02-2009	27-02-2009	12-03-2009	9	8
45-02-01-FDR-00156	Reabilitação e Remodelação do Edifício do Cinema Ossónoba em Estoi	4	30-06-2009	30-06-2009	05-08-2009	0	1
		5	30-06-2009	30-06-2009	05-08-2009	0	1
		6	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-02-01-FDR-00168	Bio Parque- 2ª Fase- Benef. e Remod. Infra-estrut.Turist. Foia, Z. Envolt., Ilum	9	25-03-2009	25-03-2009	08-04-2009	0	1
		10	03-06-2009	29-05-2009	08-06-2009	0	0
		11	12-06-2009	18-06-2009	18-06-2009	6	5
		12	26-06-2009	30-06-2009	01-07-2009	4	3
		13	30-06-2009	30-06-2009	01-07-2009	0	1
		14	26-06-2009	30-06-2009	07-07-2009	4	3
		15	26-06-2009	30-06-2009	07-07-2009	4	3
		16	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-02-01-FDR-00189	Requal. e Valoriz. Lgo D. Afonso Henriques/ R.Eng. Duarte Pacheco/ Estrada Velha	1	05-06-2009	08-06-2009	16-06-2009	3	2
		2	26-06-2009	26-06-2009	01-07-2009	0	1
TOTAL	MEDIDA 2.1	25			MÉDIA	9	7
TOTAL	GRUPO 1	99			MÉDIA	10	8

910 PP
 242 não têm data ou são de 30/06 ou 1/07
 168 contam; 25 não cumprem e 143 cumprem
 $143/168=85\%$

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-02-02-FDR-00001	Intervenção Polis em Albufeira - Reestruturação Viária e Urbana da Cidade - Parte I	25	00-00-00	20-05-2009	25-05-2009		
		26	00-00-00	18-06-2009	19-06-2009		
45-02-02-FDR-00004	Intervenção Polis Albufeira - Reestruturação viária e urbana da Cidade - Parte I	20	24-03-2009	27-03-2009	03-04-2009	3	4
		21	24-03-2009	27-03-2009	03-04-2009	3	4
		22	24-03-2009	27-03-2009	03-04-2009	3	4
		23	24-03-2009	27-03-2009	03-04-2009	3	4
		24	18-05-2009	01-07-2009	22-05-2009	43	33
		25	30-06-2009	01-07-2009	10-12-2009	1	2
		26	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
		27	30-06-2009	01-07-2009	21-12-2009	0	2
45-02-02-FDR-00006	Intervenção Polis em Albufeira- Reestruturação Viária e Urbana Cidade - Parte II	12	24-03-2009	27-03-2009	03-04-2009	0	4
		13	09-06-2009	01-07-2009	25-06-2009	22	17
		14	19-06-2009	01-07-2009	21-12-2009	12	9
45-02-02-FDR-00007	Intervenção Polis em Albufeira - Reestruturação Viária e Urb. Cidade - Parte III	15	12-02-2009	30-01-2009	17-02-2009	0	0
		16	12-02-2009	30-01-2009	17-02-2009	0	0
		17	19-03-2009	20-03-2009	03-04-2009	1	2
		18	18-05-2009	20-05-2009	22-05-2009	2	3
		19	18-06-2009	19-06-2009	25-06-2009	1	2
		20	26-06-2009	26-06-2009	30-06-2009	0	1
		21	26-06-2009	26-06-2009	01-07-2009	0	1
TOTAL	MEDIDA 2.2	20			MÉDIA	5	5
45-03-01-FDR-00015	Pavilhão Desportivo da EB dos 2º e 3º IBNE AMMAR de Estômbar, Lagôa	9	01-04-2009	01-04-2009	14-05-2009	0	1
45-03-01-FDR-00034	Jardim de Infância da Penha - Faro	3	26-02-2009	26-02-2009	05-03-2009	0	1
		4	00-00-00	29-04-2009	05-05-2009		
		5	09-06-2009	16-06-2009	18-06-2009	7	6
		6	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
45-03-01-FDR-00047	Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico de Albufeira	4	07-01-2009	25-03-2009	03-04-2009	78	56
45-03-01-FDR-00048	Apetrechamento de Escolas do Ensino Básico e Secundário	1	14-01-2009	01-07-2009	11-12-2009	167	121
		2	14-01-2009	01-07-2009	11-12-2009	167	121
		3	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97
		4	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97
		5	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97
		6	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97
		7	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97
		8	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		9	17-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	134	97
45-03-04-FDR-00004	Apoio ao Invest. Desenv. Local - 2º Contrato Programa (LPFA 2006)	8	30-06-2009	30-06-2009	21-07-2009	0	1
		9	01-07-2009	01-07-2009	21-07-2009	0	1
45-03-05-FDR-00001	Centro de Ciência Viva do Algarve - iniciativas de melhoramento	10	15-06-2009	16-06-2009	19-06-2009	1	2
45-03-05-FDR-00003	Oficina de Ciência Viva da Tavira	47	29-06-2009	29-06-2009	30-06-2009	0	1
		48	29-06-2009	29-06-2009	30-06-2009	0	1
		49	29-06-2009	29-06-2009	30-06-2009	0	1
45-03-05-FDR-00004	Centro Ciência Viva do Algarve - Renovação dos conteúdos expositivos	14	14-05-2009	14-05-2009	25-05-2009	0	1
		15	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
45-03-05-FDR-00006	Biblioteca do Campus da Penha	8	02-04-2009	26-05-2009	05-06-2009	54	39
		9	21-05-2009	26-05-2009	05-06-2009	5	4
45-03-06-FDR-00003	Algarve Digital - 1ª fase	5	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-06-FDR-00007	Campus Virtual da Universidade do Algarve	13	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
45-03-06-FDR-00009	Sistema de Informação Prisional - Algarve	4	30-06-2009	30-06-2009	03-09-2009	0	1
45-03-06-FDR-00014	Espaço Internet de Monte Gordo	7	15-12-2008	30-06-2009	01-07-2009	195	142
45-03-06-FDR-00021	Espaço Internet de Monchique	8	23-03-2009	23-03-2009	26-03-2009	0	1
45-03-06-FDR-00023	Novo Modelo de Lojas do Cidadão - Loja de Faro	2	04-03-2009	20-05-2009	25-05-2009	76	56
		3	18-05-2009	20-05-2009	25-05-2009	2	3
		4	24-06-2009	24-06-2009	24-06-2009	0	1
		5	18-06-2009	18-06-2009	25-06-2009	0	1
		6	24-06-2009	24-06-2009	25-06-2009	0	1
		7	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
		8	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
		9	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-08-FDR-00002	SLS/Centro de Saúde de Loulé (Unidade de Internamento)	22	00-00-00	15-06-2009	23-06-2009		
45-03-08-FDR-00012	SLS/Centro de Saúde de Portimão	9	00-00-00	30-06-2009	15-10-2009		
45-03-08-FDR-00020	SLS/Extensões de Saúde 4ª fase (Extensões de Pêra , Carvoeiro e Ameixial)	10	23-01-2009	23-01-2009	17-02-2009	0	1
		11	20-02-2009	20-02-2009	26-02-2009	0	1
		12	17-03-2009	17-03-2009	03-04-2009	0	1
		13	39916	13-04-2009	27-04-2009	0	1
		14	13-04-2009	01-07-2009	10-12-2009	78	58
		15	17-04-2009	01-07-2009	10-12-2009	74	54
		16	05-05-2009	01-07-2009	10-12-2009	56	42
		17	06-06-2009	01-07-2009	10-12-2009	25	18
		18	30-06-2009	01-07-2009	10-12-2009	1	2
45-03-08-FDR-00022	SLS/ Parque de Saúde do Concelho de Portimão	14	30-03-2009	01-07-2009	10-12-2009	91	68
		15	24-04-2009	01-07-2009	10-12-2009	67	49
		16	10-08-2009	01-07-2009	10-12-2009	0	0
45-03-08-FDR-00023	Construção do Laboratório de Saúde Pública	15	23-01-2009	23-01-2009	17-02-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		16	20-02-2009	20-02-2009	26-02-2009	0	1
		17	17-03-2009	17-03-2009	03-04-2009	0	1
		18	30-03-2009	31-03-2009	07-04-2009	0	2
45-03-08-FDR-00024	Adaptação de instalações e aquisição equipam. p/ implementação de SUB's e USF's	10	10-02-2009	01-01-2009	17-02-2009	0	0
		11	23-01-2009	23-01-2009	17-02-2009	0	1
		12	19-02-2009	20-02-2009	26-02-2009	1	2
		13	17-03-2009	17-03-2009	03-04-2009	0	1
		14	31-03-2009	31-03-2009	08-04-2009	0	1
		15	20-04-2009	22-04-2009	28-04-2009	2	3
		16	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
45-03-09-FDR-00004	Recuperação do Edifício da Igreja do Colégio em Portimão	12	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-09-FDR-00010	Reabilitação do Palacete Doglioni	22	19-02-2009	16-04-2009	28-04-2009	57	41
		23	12-03-2009	30-06-2009	29-12-2009	108	79
		24	12-03-2009	30-06-2009	29-12-2009	108	79
45-03-10-FDR-00017	Piscina Municipal de Vila Real de Santo António	4	18-05-2009	18-05-2009	25-05-2009	0	1
		5	30-06-2009	30-06-2009	17-07-2009	0	1
45-03-10-FDR-00018	Piscina Municipal de São Brás de Alportel	11	30-03-2009	31-03-2009	07-04-2009	0	2
45-03-10-FDR-00022	Piscina Municipal de Quarteira	1	02-02-2009	01-07-2009	11-12-2009	149	108
		2	01-06-2009	01-07-2009	11-12-2009	30	23
45-03-10-FDR-00023	Grande Campo de Jogos de Aljezur	3	02-03-2009	04-03-2009	03-04-2009	2	3
45-03-10-FDR-00025	Grande Campo de Jogos de Alcoutim	3	08-06-2009	09-06-2009	16-06-2009	1	2
45-03-11-FGA-00011	Preservação/Melhoramento genético - ANCCRAL	3	00-00-00	30-06-2009	25-01-2000		
45-03-11-FGA-00036	MG - ASCAL 2001700011669	11	00-00-00	22-01-2009	22-01-2009		
		12	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00037	IOP - APFSC	29	05-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	56	40
		30	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		31	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		32	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		33	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		34	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		35	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		36	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		37	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		38	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00060	IOP -ASPOFLOBAL	24	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		25	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		26	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		27	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		28	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-03-11-FGA-00061	IOP - APFBG - 2001700023581	54	05-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	56	40
		55	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
		56	00-00-00	01-03-2009	13-01-2010		
		57	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		58	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		59	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		60	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		61	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		62	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		63	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		64	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		65	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		66	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00158	Plano de Intervenção das Cumeadas - 2001700013244	8	29-01-2009	01-03-2009	28-12-2009	32	22
45-03-11-FGA-00159	Valorização do Património Rural Centro Serra do Caldeirão - 2001700013251	12	12-01-2009	01-03-2009	28-12-2009	49	35
45-03-11-FGA-00173	CERN - Ramiro Cabrita & Irmão, Lda - 2001700022518	12	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
		13	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
		14	00-00-00	30-06-2009	13-01-2010		
45-03-11-FGA-00306	IPQ - Ass. Produtores Agro-alimentares certificados do Algarve	10	00-00-00	26-05-2009	26-05-2009		
		11	00-00-00	26-05-2009	26-05-2009		
		12	00-00-00	26-05-2009	26-05-2009		
		13	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		14	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		15	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00307	IPQ - Associação p/ Produtores Agro-Alimentares Certificados do Algarve	11	00-00-00	26-05-2009	26-05-2009		
		12	00-00-00	26-05-2009	26-05-2009		
		13	00-00-00	26-05-2009	26-05-2009		
		14	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		15	00-00-00	30-06-2009	18-01-2010		
		16	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00327	PRAB - Plano Prev. contra riscos florestais do Barranco do Velho - 2002700011212	16	05-01-2009	05-01-2009	09-06-2009	0	1
45-03-11-FGA-00329	DOSA - SALVA	3	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00331	DOSA - ASCAL	7	00-00-00	30-06-2009	19-01-2010		
		8	00-00-00	30-06-2009	19-01-2010		
		9	00-00-00	30-06-2009	19-01-2010		
		10	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00332	DOSA - AIDA	4	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00339	DOSA - CVR - Comissão Vitivinícola Regional Algarvia	5	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		6	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		7	00-00-00	30-06-2009	25-01-2010		
45-03-11-FGA-00444	PI Valorizar Odiáxere	9	05-05-2009	08-05-2009	15-12-2009	1	2
45-03-11-FGA-00446	PI de Querença	5	25-02-2009	01-03-2009	15-12-2009	6	3
45-03-11-FGA-00450	PI de Cachopo - 2002700019199	7	23-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	38	26
45-03-11-FGA-00465	CAR - CM Vila Bispo - 2002700012269	1	18-06-2009	23-06-2009	15-12-2009	5	4
		2	22-06-2009	29-06-2009	15-12-2009	7	6
45-03-11-FGA-00523	PI do Guadiana - CM Alcoutim - 2003700011962	6	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
45-03-11-FGA-00560	PI Santa Catarina - Alberto Santos Pereira Rocha - 2003700012903	3	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
45-03-11-FGA-00565	Prev. Riscos Ag. Bióticos - CM. Tavira - 2002700017375	8	29-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	32	22
		9	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
45-03-11-FGA-00580	Div. Peq. Agr. - António José Leonardo - 2003700011806	1	22-06-2009	29-06-2009	15-12-2009	7	6
4 -11-FGA-00630	DOSA - ANCCRAL - 2003700014156	4	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		5	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-00662	Div. Peq. Agr. - Alzira Gregório - 2003700013653	3	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-00670	Div. Peq. Agr. - António Barão - 2003700011814	3	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-00671	Div. Peq. Agr. - Isidoro Pires - 2003700013000	2	23-02-2009	01-03-2009	15-12-2009	8	5
45-03-11-FGA-00684	Plano de Acção Rural Vila do Bispo, Lagos - CM Vila do Bispo - 2003700015831	12	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
45-03-11-FGA-00694	Plano de Acção Rural S. Marcos da Serra, S.B. Messines e Silves - 2004700010053	6	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
45-03-11-FGA-00703	Div. Peq. Agri. - António Rosa Gama - 2003700014867	1	22-01-2009	22-01-2009	09-06-2009	0	1
45-03-11-FGA-00708	MG - ASCAL - 2003700014891	5	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		6	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		7	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-00773	Div. Peq. Agri. - Henrique Coelho Amado - 2004700010046	5	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-00781	PRABA - Câmara Municipal de S. Brás Alportel 2002700017482	18	18-06-2009	23-06-2009	15-12-2009	5	4
4 -11-FGA-00800	Div. Peq. Agr. - Hélder Neves - 2003700012499	3	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-00821	Div. Peq. Agri. - Eduardo Martins - 2003700014560	3	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-00843	PI Serra do Caldeirão - CM.de Loulé - 2004700011564	2	23-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	38	26
45-03-11-FGA-00877	IOPF - Viver Serra - 2004700012067	42	12-02-2009	01-03-2009	15-12-2009	19	12
		43	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		44	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		45	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		46	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		47	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		48	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		49	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-00900	PI Cumeadas - Município de Silves - 2004700012166	2	24-04-2009	24-04-2009	15-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-00913	PI Vale do Alportel - CM S. Brás Alportel - 2004700012596	6	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-00946	Div. Peq. Agr. - José Martins - 2004700012075	1	22-06-2009	29-06-2009	15-12-2009	7	6
45-03-11-FGA-00965	PRABA - CM. Loulé - 2004700012729	5	05-01-2009	05-01-2009	09-06-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		6	00-00-00	09-06-2009	09-06-2009		
		7	00-00-00	09-06-2009	09-06-2009		
		8	00-00-00	09-06-2009	09-06-2009		
		9	00-00-00	09-06-2009	09-06-2009		
45-03-11-FGA-00967	PRABA - CM. VRSA - 2004700012737	7	00-00-00	22-01-2009	22-01-2009		
		8	00-00-00	22-01-2009	22-01-2009		
		9	00-00-00	22-01-2009	22-01-2009		
		10	00-00-00	22-01-2009	22-01-2009		
		11	00-00-00	22-01-2009	22-01-2009		
45-03-11-FGA-00970	Div. Peq. Agri. - Irene L. Fragoso Brito-2004700011697	4	00-00-00	30-06-2009	08-01-2010		
45-03-11-FGA-00974	IOP - ASPAFLOBAL - 2004700012000	14	05-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	56	40
		15	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		16	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		17	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		18	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		19	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		20	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		21	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-00976	PRABA - ASPAFLOBAL - 2004700013321	11	00-00-00	13-01-2009	09-06-2009		
		12	17-06-2009	23-06-2009	15-12-2009	6	5
45-03-11-FGA-00994	Div. Peq. Agr. - Manuel Francisco Pereira - 2004700013008	2	23-02-2009	01-03-2009	15-12-2009	8	5
45-03-11-FGA-01001	IOP - Assoc. Prod. Florestais do Sudeste Algarvio - 2004700013545	17	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		18	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		19	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		20	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		21	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		22	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-01002	NCR - Direcção Reg. Agric. do Algarve - 2004700014634	17	30-06-2009	30-06-2009	15-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01069	MG - ANCCRALL - 2004700014980	6	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		7	00-00-00	30-06-2009	21-01-2010		
		8	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-01102	PRABA - Viver Serra - 2004700013990	15	29-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	32	22
45-03-11-FGA-01103	PRABA - Viver Serra - 2004700013982	15	29-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	32	22
45-03-11-FGA-01112	Div Peq. Agr. - Jorge Alberto Pereira - 2004700015532	2	00-00-00	01-03-2009	29-12-2009		
45-03-11-FGA-01118	MG-ASCAL-2004700015060	6	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-01135	PRABA - Câmara Municipal de Castro Marim - 2004700015177	4	26-03-2009	27-03-2009	15-12-2009	1	2
45-03-11-FGA-01155	Div. Peq. Agr. - Jaime Costa Fernandes - 2004700016290	2	30-06-2009	30-06-2009	15-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01160	Div. Peq. Agr. - Maria Gomes - 2004700015466	1	30-06-2009	30-06-2009	15-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01169	Div. Peq. Agr. - José Simões - 2005700010936	2	17-02-2009	01-03-2009	15-12-2009	14	9

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-03-11-FGA-01229	Electrificação - Arménio Telo - 2003700011939	2	06-01-2009	06-01-2009	09-06-2009	0	1
45-03-11-FGA-01230	Electrificação - José Fernandes - 2003700014610	3	12-01-2009	13-01-2009	09-06-2009	1	2
45-03-11-FGA-01231	Electrificação - António Barão - 2003700011970	3	06-01-2009	06-01-2009	09-06-2009	0	1
45-03-11-FGA-01322	MG - ANCCRAL - 2005700011421	3	30-06-2009	30-06-2009	08-07-2009	0	1
		4	30-06-2009	30-06-2009	08-07-2009	0	1
		5	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
45-03-11-FGA-01324	MG - ASCAL - 2005700011454	5	30-06-2009	30-06-2009	08-07-2009	0	1
		6	30-06-2009	30-06-2009	08-07-2009	0	1
		7	30-06-2009	30-06-2009	08-07-2009	0	1
		8	30-06-2009	30-06-2009	08-07-2009	0	1
		9	00-00-00	30-06-2009	26-01-2010		
4 -11-FGA-01328	Electrificação - Pedro António Palma - 2004700016613	1	01-07-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	0
45-03-11-FGA-01340	PI de Martinlongo - JF Martinlongo - 2004700014717	1	05-12-2008	01-03-2009	15-12-2009	86	61
		2	27-11-2008	01-03-2009	15-12-2009	94	67
45-03-11-FGA-01358	PI de Cachopo - Centro Paroquial de Cachopo - 2004700010378	1	22-12-2008	01-03-2009	15-12-2009	69	50
		2	14-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	47	33
45-03-11-FGA-01359	PI de Cachopo - Centro Paroquial de Cachopo - 2004700014675	2	14-01-2009	15-01-2009	09-06-2009	1	2
		3	14-01-2009	01-03-2009	15-12-2009	47	33
45-03-11-FGA-01360	PI de Cachopo - Centro Paroquial de Cachopo - 2004700014683	2	14-01-2009	15-01-2009	09-06-2009	1	2
45-03-11-FGA-01363	PI Furnazinhas - Ass. ODIANA - 2004700014873	3	06-01-2009	06-01-2009	09-06-2009	0	1
		4	14-01-2009	01-03-2009	16-12-2009	47	33
45-03-11-FGA-01399	PI Querença - Fundação Manuel Guerreiro - 2004700012117	1	23-01-2009	01-03-2009	16-12-2009	38	26
45-03-11-FGA-01422	PI Vale das Hortas - Maria Mateus - 2004700016001	1	20-01-2009	01-03-2009	16-12-2009	41	29
45-03-11-FGA-01425	PI Vale das Hortas - Maria Varanda - 2004700016027	1	15-06-2009	17-06-2009	29-12-2009	2	3
4 -J3-11-FGA-01452	CAR - JF Paderne - 2005700010597	1	12-01-2009	13-01-2009	09-06-2009	1	2
		2	03-02-2009	01-03-2009	16-12-2009	28	19
45-03-11-FGA-01465	CAR - Freguesia do Ameixial - 2008700010419	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01466	CAR - Freguesia de Paderne - 2008700010369	1	28-05-2009	28-05-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01467	CAR - Município de Tavira - 2008700010112	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01468	CAR - JF Boliqueime - 2008700010393	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01469	CAR - Município de Tavira - 2008700010104	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01470	CAR - Município de Vila do Bispo - 2008700010153	1	15-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	2	3
45-03-11-FGA-01471	CAR - Freguesia de Paderne - 2008700010351	1	28-05-2009	28-05-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01472	CAR - Município de Tavira - 2008700010237	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01473	CAR - Município de Olhão - 2008700010187	1	02-06-2009	02-06-2009	16-12-2009	0	1
		2	29-06-2009	29-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01474	CAR - Município de Olhão - 2008700010161	1	02-06-2009	02-06-2009	16-12-2009	0	1
		2	29-06-2009	29-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01475	CAR - Município de Olhão - 2008700010195	1	02-06-2009	02-06-2009	16-12-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		2	29-06-2009	29-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01476	CAR - JF Estoi - 20087000010427	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01477	CAR - Freguesia de Salir - 2008700011045	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01478	CAR - Freguesia de Benafim - 2008700011086	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01479	CAR - Município de Faro - 2008700011078	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01481	CAR - Freguesia de Barão S. João - 2008700011102	1	15-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	2	3
		2	18-06-2009	23-06-2009	16-12-2009	5	4
45-03-11-FGA-01482	CAR - JF Alto - 2008700011110	1	18-06-2009	23-06-2009	16-12-2009	5	4
45-03-11-FGA-01483	Electrificação - Paula Rodrigues - 2009700010011	1	15-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	2	3
45-03-11-FGA-01485	CAR - Município de Tavira - 2009700010060	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01490	CAR - Município Monchique - 2009700010094	1	18-06-2009	23-06-2009	16-12-2009	5	4
45-03-11-FGA-01491	CAR - Município de Monchique - 2009700010086	1	18-06-2009	23-06-2009	16-12-2009	5	4
45-03-11-FGA-01496	CAR - Freguesia Salir - 2009700010185	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-11-FGA-01497	CAR - Freguesia de Salir - 2009700010193	1	17-06-2009	17-06-2009	16-12-2009	0	1
45-03-12-FDR-00001	Construção do Porto de Abrigo de Albufeira	5	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-12-FDR-00002	Requalif. Frente Ribeirinha da Mexilhoeira da Carregação, Infraestruturas Pesca	4	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-12-FDR-00007	Porto de Abrigo da Culatra	5	18-06-2009	18-06-2009	18-06-2009	0	1
		6	19-06-2009	26-06-2009	29-06-2009	7	8
45-03-12-FDR-00008	Porto de Abrigo da Pesca na Povoação de Cabanas de Tavira	4	27-05-2009	28-05-2009	03-06-2009	1	2
		5	27-05-2009	28-05-2009	03-06-2009	1	2
		6	27-05-2009	28-05-2009	03-06-2009	1	2
45-03-12-FDR-00009	Porto de Abrigo da Pesca na Povoação de Santa Luzia	3	27-05-2009	28-05-2009	03-06-2009	1	2
		4	27-05-2009	28-05-2009	03-06-2009	1	2
45-03-13-IFP-00006	Reparação dos Pavimentos no Porto de Pesca de Olhão	5	00-00-00	30-06-2009	28-12-2009		
45-03-13-IFP-00018	Modernização Porto Pesca de Armação de Pêra-Aquis.de Equip.Pesca - 2004710012503	2	07-01-2009	31-03-2009	05-05-2009	84	60
45-03-13-IFP-00032	Apoios da Pesca para a Ilha da Culatra	2	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-13-IFP-00035	Contributos para a gestão sustentada da pequena pesca na costa algarvia	1	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-14-FDR-00001	Construção do Mercado Abastecedor da Região de Faro (Estudos e Projectos)	9	11-03-2009	11-03-2009	03-04-2009	0	1
45-03-14-FDR-00004	Pousadas da Juventude de Alcoutim - remodelação	2	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-14-FDR-00008	Mercado Municipal de Faro - Infraestruturas	30	30-06-2009	30-06-2009	07-07-2009	0	1
		31	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-14-FDR-00011	Construção do Mercado Abastecedor da Região de Faro (Obra)	31	26-03-2009	27-03-2009	07-04-2009	1	2
		32	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
		33	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
45-03-14-FDR-00012	Mercado Municipal de Faro - Estudos e Projectos	4	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-14-FDR-00016	Reconversão equip. e sistemas utilização de GN- Sector Doméstico- 2ª fase-Olhão	2	04-05-2009	05-05-2009	25-05-2009	1	2
45-03-14-FDR-00017	Reconversão Equip. Sistemas Utiliz. de GN - Sector Terciário - 2ª fase - Olhão	2	04-05-2009	05-05-2009	25-05-2009	1	2
45-03-14-FDR-00019	Reconv. Equip. e sistemas utiliz. GN- Sector Doméstico- 1ª fase- Faro e Portimão	4	04-05-2009	05-05-2009	25-05-2009	1	2
45-03-14-FDR-00020	Reconv. Equip. e Sistem. Utiliz. GN- Sector Terciário- 1ª fase- Faro e Portimão	4	04-05-2009	05-05-2009	25-05-2009	1	2

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-03-14-FDR-00024	Pousada da Juventude de Tavira - Obra	5	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
45-03-14-FDR-00025	Pousada da Juventude da Arrifana / Aljezur - Obra	5	16-01-2009	19-02-2009	26-02-2009	33	25
		6	21-04-2009	28-04-2009	05-05-2009	7	6
45-03-14-FDR-00026	Redes de Distribuição - 3ª fase	6	06-04-2009	07-04-2009	27-04-2009	1	2
		7	30-06-2009	01-07-2009	17-08-2009	1	2
45-03-14-FDR-00027	Reconv. Equipam. e Sistemas Útil. GN- Sector Terciário - 3ª Fase (Olhão e Albuf)	4	28-10-2009	01-07-2009	16-12-2009	0	0
45-03-14-FDR-00028	Reconv. Equip. e Sistemas útil. GN- Sector Doméstico - 3ª fase (Olhão e Albuf)	3	30-06-2009	30-06-2009	17-07-2009	0	1
45-03-14-FDR-00030	Reconv. Equip. e Sistem. Utiliz. GN- Sector Doméstico- 2ª fase (Faro e Portimão)	3	30-06-2009	01-07-2009	17-08-2009	1	2
45-03-14-FDR-00031	Reconv. Equip. e Sist. Utiliz. GN- Sector Terciário - 2ª fase (Faro e Portimão)	2	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
45-03-14-FDR-00032	Centro de Incubação de Base Tecnológica de Tavira (Tavira CITEA)	1	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-14-FDR-00033	Centro de Incubação de Base Tecnológica do Algarve (CIBT Algarve)	1	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-14-FDR-00034	Instituto das Novas Tecnologias do Algarve	1	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-14-FDR-00035	PITER de Tavira - Plano de Marketing Turístico 2007-2008	6	26-03-2009	31-03-2009	07-04-2009	5	4
		7	18-05-2009	25-05-2009	05-06-2009	7	6
45-03-15-FDR-00003	EN 125 Beneficiação Lagos - Chincato e Ponte do Farelo - Penina	10	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-15-FDR-00022	EN 270 - Variante a S. Brás de Alportel	7	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
45-03-15-FDR-00024	Variante à EN 396 - Ligação do Nó de Loulé 1 da VIS às Quatro Estradas	13	09-12-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	0
		14	21-08-2007	01-07-2009	11-12-2009	670	487
		15	31-10-2007	01-07-2009	11-12-2009	601	436
		16	28-11-2008	01-07-2009	11-12-2009	213	154
		17	09-12-2009	01-07-2009	22-12-2009	0	0
45-03-15-FDR-00027	EN 125 Ponte Metálica sobre o Rio Arade	1	19-01-2009	01-07-2009	11-12-2009	162	118
		2	19-05-2009	01-07-2009	11-12-2009	42	32
		3	30-06-2009	01-07-2009	11-12-2009	1	2
45-03-19-FGA-00004	Assistência Técnica - Programa Agris - 2006/2007	12	09-01-2009	01-03-2009	29-12-2009	52	36
TOTAL	EIXO 3 (FEDER, IFOP E FEOGA)	333			MÉDIA	29	21
45-03-16-FDR-00014	Informação Geográfica	14	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-16-FDR-00030	Mitigação de Riscos Costeiros no Litoral do Algarve Central	24	27-02-2009	27-02-2009	09-03-2009	0	1
45-03-16-FDR-00031	Valorização do Litoral do Algarve Central	33	27-02-2009	27-02-2009	12-03-2009	0	1
		34	23-06-2009	23-06-2009	25-06-2009	0	1
		35	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-16-FDR-00038	Intervenção Polis em Silves - Gestão, Sensibilização e Com. Ambiental - 2ª Fase	11	06-02-2009	18-02-2009	26-02-2009	12	9
		12	01-04-2009	01-04-2009	27-04-2009	0	1
45-03-16-FDR-00041	Planos de Praia do Algarve - 2ª fase (PPRAIA 2)	20	27-02-2009	27-02-2009	12-03-2009	0	1
		21	23-06-2009	23-06-2009	25-06-2009	0	1
		22	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-16-FDR-00043	Produção de ortofotocartografia e cartografia numérica vectorial à esc 1:10 000	9	13-04-2009	15-04-2009	27-04-2009	2	3
		10	30-06-2009	30-06-2009	17-07-2009	0	1
45-03-16-FDR-00047	Planos de Praia do Algarve - 3ª Fase (PPRAIA 3)	15	30-01-2009	30-01-2009	20-02-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		16	28-04-2009	30-04-2009	14-05-2009	2	3
		17	23-06-2009	23-06-2009	25-06-2009	0	1
		18	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
		19	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-16-FDR-00048	Intervenção Polis em Albufeira - Gestão, Sensibiliz. e Comun. Ambiental - 2ª fas	6	18-02-2009	18-02-2009	26-02-2009	0	1
		7	18-02-2009	18-02-2009	26-02-2009	0	1
		8	18-02-2009	18-02-2009	26-02-2009	0	1
		9	18-05-2009	20-05-2009	27-05-2009	2	3
		10	26-06-2009	26-06-2009	01-07-2009	0	1
45-03-17-FDR-00001	Assistência Técnica Pescas - MARIS	20	15-06-2009	01-07-2009	19-06-2009	16	13
		21	15-06-2009	16-06-2009	29-12-2009	1	2
		22	15-06-2009	01-07-2009	06-01-2010	16	13
45-03-17-FDR-00002	Assistência Técnica Saúde	17	20-02-2009	20-02-2009	26-02-2009	0	1
		18	17-03-2009	17-03-2009	03-04-2009	0	1
		19	17-03-2009	17-03-2009	07-04-2009	0	1
		20	17-03-2009	17-03-2009	07-04-2009	0	1
		21	31-03-2009	31-03-2009	07-04-2009	0	1
		22	05-05-2009	07-05-2009	25-05-2009	2	3
		23	06-06-2009	08-06-2009	16-06-2009	2	1
		24	02-07-2009	30-06-2009	07-07-2009	0	0
45-03-17-FDR-00005	Assistência Técnica á Medida 2 do Eixo 2	21	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
45-03-17-FDR-00006	Assistência Técnica à Medida 14 do Eixo 3	17	00-00-00	30-06-2009	22-12-2009		
45-03-17-FDR-00007	Assistência Técnica à Medida Desporto	20	17-02-2009	18-02-2009	26-02-2009	1	2
		21	00-00-00	15-06-2009	25-06-2009		
		22	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
		23	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
		24	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
		25	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
		26	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
		27	30-06-2009	30-06-2009	29-12-2009	0	1
45-03-17-FDR-00009	Assistência Técnica ao Eixo 1, ao Eixo 2 e de Apoio Geral ao Programa	129	12-02-2009	16-02-2009	26-02-2009	4	3
		130	16-02-2009	23-02-2009	26-02-2009	7	6
		131	04-03-2009	05-03-2009	03-04-2009	1	2
		132	17-04-2009	17-04-2009	28-04-2009	0	1
		133	23-04-2009	27-04-2009	28-04-2009	4	3
		134	00-00-00	29-05-2009	08-06-2009		
		135	30-06-2009	30-06-2009	01-07-2009	0	1
		136	30-06-2009	30-06-2009	30-07-2009	0	1
		137	30-06-2009	30-06-2009	03-09-2009	0	1

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 2 (Med. 2.2, Eixo 3 - FEDER, FEOGA E IFOP)

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
		138	30-06-2009	30-06-2009	03-09-2009	0	1
45-03-17-FDR-00011	Assistência Técnica ás Medidas 1 e 2 do Eixo 1 do Prealgarve - FEDER	22	00-00-00	29-05-2009	03-06-2009		
		23	30-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	0	1
45-03-17-FDR-00012	Assistência Técnica da Medida Emprego - 2006/2007 - vertente FEDER	4	17-03-2009	19-03-2009	03-04-2009	2	3
		5	30-06-2009	30-06-2009	17-08-2009	0	1
TOTAL	MEDIDAS 3.16 E 3.17	57			MÉDIA	1	2
TOTAL	GRUPO 2	410			MÉDIA	22	16

65 PP
 11 não têm data
 54 contam; 14 não cumprem e 40 cumprem
 $40/54=74,1\%$

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 3 - FSE

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-01-03-FSE-00009	Região de Turismo do Algarve 2001	8	00-00-00	24-04-2009	05-05-2009		
45-01-03-FSE-00020	Câmara Municipal de Lagos	3	00-00-00	24-04-2009	05-05-2009		
45-01-03-FSE-00036	Município de Lagos	2	30-06-2009	30-06-2009	22-12-2009	0	1
45-01-03-FSE-00042	AMAL - Associação de Municípios do Algarve	3	00-00-00	24-04-2009	05-05-2009		
45-01-03-FSE-00045	Formação Acção - Gestão e Administração de Sistemas Informáticos	8	00-00-00	30-06-2009	22-12-2009		
45-01-03-FSE-00048	Participações Indiv. Formação - Município de Lagos	2	00-00-00	30-06-2009	28-01-2010		
45-01-03-FSE-00112	Formação Contínua - Significado	5	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-03-FSE-00123	Formação Continua - Significado	4	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-03-FSE-00124	Formação Contínua - CEFA	10	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-03-FSE-00137	Formação Acção - Município Vila Bispo	5	12-01-2009	22-04-2009	05-05-2009	100	73
		6	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-03-FSE-00161	Estágios Profissionais - Município de Albufeira	3	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-03-FSE-00164	FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M.	2	09-01-2009	11-05-2009	09-06-2009	122	87
45-01-03-FSE-00169	Falatório - Formação em Comunicação, Lda	3	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
		4	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-01-03-FSE-00180	PERFIL	1	16-05-2008	29-04-2009	05-05-2009	343	249
45-01-03-FSE-00181	AEP - Ass. Empresarial de Portugal	1	14-04-2009	07-05-2009	09-06-2009	23	18
45-01-03-FSE-00184	CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica	1	20-01-2009	17-04-2009	05-05-2009	87	64
45-01-03-FSE-00185	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	2	30-06-2009	30-06-2009	03-09-2009	0	1
TOTAL	MEDIDA 1.3	19			MÉDIA	48	36
45-02-03-FSE-00003	Cursos de Incidencia geral 02/2001	10	00-00-00	27-04-2009	05-05-2009		
2-03-FSE-00014	Alcance - Associação Desenvolvimento Nordeste Algarvio	9	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-02-03-FSE-00019	Município de Albufeira	1	24-07-2009	30-06-2009	05-11-2009	0	0
45-02-03-FSE-00043	Significado - Consultoria, Formação e Informática	2	25-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	5	4
45-02-03-FSE-00044	Fundação da Juventude	1	01-06-2009	30-06-2009	05-11-2009	29	22
45-02-03-FSE-00045	Associação Algarve Film Comission	1	23-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	7	6
		2	15-07-2009	30-06-2009	05-11-2009	0	0
45-02-03-FSE-00046	Associação In Loco	1	25-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	5	4
		2	30-06-2009	30-06-2009	03-09-2009	0	1
45-02-03-FSE-00047	Alcance - Associação Desenvolvimento do Nordeste Algarvio.	1	22-06-2009	30-06-2009	27-07-2009	8	7
45-02-03-FSE-00048	Almargem - Ass. Defesa Património Cultural e Ambiental do Algarve	1	24-07-2009	30-06-2009	05-11-2009	0	0
TOTAL	MEDIDA 2.3	11			MÉDIA	5	5
45-03-03-FSE-00068	3.3.2. -Apoio á Criação de Emprego em Iniciativas Locais - 2000 - 2003	16	05-05-2009	30-06-2009	08-01-2010	55	41
		17	05-05-2009	30-06-2009	08-01-2010	55	41
		18	05-05-2009	30-06-2009	08-01-2010	55	41
45-03-03-FSE-00148	FUTURMIX - Inovação e Gestão, Lda - 5002	2	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00193	AMBIFARO - Agência p/ Desenv. Económico Faro - 5002	6	11-02-2010	30-06-2009	22-02-2010	0	0

DESPESA EFECTUADA ENTRE 01-01-2009 A 17-08-2009

GRUPO 3 - FSE

Código	Designação Projecto	Nº	Data entrada (1)	Data Despesa (2)	Dta Registo	Diferença entre 2-1	Diferença (dias úteis)
45-03-03-FSE-00281	JADR - Jovens Associados para o desenvolvimento Regional 5005	4	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00283	Perfil - Psicologia e Trabalho, Lda 5002	6	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00285	Universus - Consultores de Gestão SA 5005	5	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00288	Companhia Própria - Formação e Consultoria, Lda 5004	2	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00312	ANJE - Ass. Nac. Jovens Emp. - 5004	4	00-00-00	30-06-2009	05-11-2009		
45-03-03-FSE-00324	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade 5005	6	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00340	Fundação Irene Rolo 5002	10	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00344	SISEP - Sínd. Prof. Seguros Portugal 5002	14	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00379	Estágio Profissionais 2005	6	30-06-2009	30-06-2009	13-08-2009	0	1
45-03-03-FSE-00422	DouroCabe Viseu - Formação Profissional	3	30-03-2009	30-04-2009	07-05-2009	30	24
		4	30-03-2009	30-04-2009	07-05-2009	30	24
45-03-03-FSE-00424	Portucale - Formação Profissional em Beleza	4	30-03-2009	30-04-2009	07-05-2009	30	24
		5	30-03-2009	30-04-2009	07-05-2009	30	24
		6	30-03-2009	30-04-2009	07-05-2009	30	24
45-03-03-FSE-00450	Estágios Profissionais 2006	6	05-05-2009	30-06-2009	05-11-2009	55	41
		8	21-05-2009	30-06-2009	05-11-2009	39	29
		9	05-05-2009	30-06-2009	05-11-2009	55	41
		10	05-05-2009	30-06-2009	29-12-2009	55	41
		11	05-05-2009	01-07-2009	16-12-2009	56	42
		12	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
45-03-03-FSE-00451	Apoios à Criação de Emprego 2006	6	05-05-2009	30-06-2009	05-11-2009	55	41
		7	05-05-2009	30-06-2009	05-11-2009	55	41
45-03-07-FSE-00003	Competir - Formação e Serviços, Lda	3	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
45-03-07-FSE-00005	Conclusão - Estudos e Formação, Lda	5	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
45-03-07-FSE-00011	AVALFORMA - Formação e Consultoria, Lda.	6	00-00-00	30-06-2009	29-12-2009		
TOTAL	MEDIDA 3.3+3.7	30			MÉDIA	27	21
45-03-18-FSE-00002	Assistência Técnica do Proalgarve - Vertente regionalmente desconc. 2000/2002	10	17-03-2009	17-03-2009	27-04-2009	0	1
		11	31-07-2009	30-06-2009	05-11-2009	0	0
45-03-18-FSE-00004	Assistência Técnica do Proalgarve - FSE	26	13-02-2009	16-02-2009	12-03-2009	3	2
		27	22-06-2009	30-06-2009	05-08-2009	8	7
		28	06-08-2009	30-06-2009	05-11-2009	0	0
TOTAL	MEDIDA 3.18	5			MÉDIA	2	2
TOTAL	GRUPO 3	65			MÉDIA	26	20

ANEXO II
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

No âmbito das competências da CCDR deram entrada durante o ano 2009 na Direcção de Serviços de Ambiente 19 solicitações externas relativas a licenciamento de operações de resíduos e a pareceres de Avaliação Ambiental Estratégica. Os prazos legais de resposta a estas solicitações são os estabelecidos nos termos do Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro e do Decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, respectivamente. Considerando as datas de entrada do pedido e de saída da resposta, registadas no sistema de gestão documental (GDOC), foram contabilizados os dias decorridos entre estes registo. A partir desta contabilização verifica-se que os prazos foram cumpridos na totalidade dos pedidos, e em 94% registaram-se prazos inferiores aos estabelecidos legalmente, como se comprova pela listagem em anexo.

Demonstração de resultados

19 Solicitações externas

18 Respondidos num prazo inferior ao estabelecido

(18/19) = 94%

LISTA DAS SOLICITAÇÕES EXTERNAS EM 2009 – DSA

Nº do Proc.	Tipo Pasta	Entidade	Data da recepção dos elementos	Data de saída do Doc.	Prazo Normativo	Tempo Decorrido	Técnico
17.03.01.2008.000025	OGR	CM Lagoa	19-03-2009	24-03-2009	20 dias	05 dias	CSC
17.03.01.2009.000003	OGR	Nergal	23-03-2009	06-04-2009	20 dias	14 dias	CSC
DSGA/AP/2005/76310	OGR	Multi-triagem	16-06-2009	19-06-2009	20 dias	03 dias	IC
17.03.01.2009.000005	OGR	Renascimento	01-07-2009	08-07-2009	20 dias	07 dias	CSC
17.01.02.2009.000004	OGR	ADA	26-06-2009	09-07-2009	20 dias	13 dias	CSC
17.01.02.2009.000005	OGR	ADA	26-06-2009	09-07-2009	20 dias	13 dias	CSC
17.01.02.2009.000003	OGR	ADA	26-06-2009	09-07-2009	20 dias	13 dias	CSC
17.03.01.2009.000006	OGR	CleanStation	29-06-2009	09-07-2009	20 dias	10 dias	CSC
17.03.01.2009.000002	OGR	Intersucatas	*10-07-2009	15-07-2009	10 dias	05 dias	CSC
17.03.01.2008.000014	OGR	Carmona	25-06-2009	22-07-2009	20 dias	01 dias	IC
17.01.02.2009.000006	OGR	Konica Minolta	09-09-2010	21-09-2009	20 dias	12 dias	IC
17.03.01.2009.000012	OGR	CM Albufeira	16-11-2009	18-11-2009	20 dias	02 dias	CSC
DSARR/RS/2000/41737	OGR	Algar	16-11-2009	24-11-2009	20 dias	08 dias	CSC
DSARR/RS/2000/41737	OGR	Algar	16-11-2009	24-11-2009	20 dias	08 dias	CSC
DSGA/AP/2004/55144	OGR	Cimpor	20-11-2009	27-11-2009	20 dias	07 dias	MJ
17.03.01.2009.000008	OGR	Algar	25-09-2009	06-10-2009	20 dias	11 dias	CSC
21.04.2009.000006	**	APA	09-10-2009	02-11-2009	20 dias	20 dias	MJ
21.04.2009.000006	**	APA	25-08-2009	31-08-2009	17 dias	03 dias	MJ
17.04.99.2009.000005	***	APA	21-10-2009	21-10-2009	05 dias	01 dias	MJ

* Data de realização de vistoria

** Diversos no âmbito da Avaliação Ambiental

*** Diversos sobre Emissões

Gabinete Presidência - CCDRAlgarve

De: Gabinete Presidência - CCDRAlgarve [gab.presidencia@ccdr-alg.pt]

Enviado: quinta-feira, 14 de Outubro de 2010 19:27

Para: 'siadap@dpp.pt'

Assunto: QUAR - 2009 - DSOT

Anexos: QUAR 2009 - DSOT.doc

Em conformidade com o solicitado nos vossos e-mails de 20 de Setembro e de 1 de Outubro cumpre-me informar que inicialmente, isto é em 2008, o âmbito do Objectivo 5 do QUAR era relativamente restrito, tendo sido alargado em 2009, passando a incluir a EAT (Estrutura de Apoio Técnico à gestão dos fundos Estruturais e a DSA (Direcção de Serviços de Ambiente) e a DSOT (Direcção de Serviços de Ordenamento do Território. Ao incluir este objectivo em 2009 teve-se o cuidado de precisar que o objectivo seria alcançado "em média", já que se tinha consciência que, quanto à EAT e DSA a dotação em meios humanos relativamente às solicitações tornava o objectivo, embora exigente, alcançável. Já quanto à DSOT, tinha-se consciência que, salvo concretização dos recrutamentos solicitados para substituição de saídas, o objectivo seria praticamente inalcançável (relembre-se, por exemplo, que a DSOT não dispõe desde 2008 de um único jurista)

Concentrando a análise do trabalho realizado em 2009 pela **Direcção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT)**, conclui-se pela consulta do sistema de gestão documental -FileDoc que foram criados 496 novos processos e produzidos 2.034 documentos. Através do SIRJUE (portal do RJUE, externo ao FileDoc) deram entrada 26 pretensões, tendo tramitado dentro dos prazos legais 58%, conforme quadro anexo.

Convém ter presente que os prazos de apreciação das pretensões, contados em dias úteis, variam de acordo com a legislação habilitante, nomeadamente:

- nos Planos de Gestão Florestal – 15 dias;
- nos processos circulados pelo SIRJUE – 20 dias,
- no agendamento das Conferências de Serviços dos PU e PP – 22 dias;
- nas autorizações e comunicações prévias da REN – 25 dias; e
- na ausência de prazos específicos, face ao CPA – 30 dias.

Os dados disponíveis no FileDoc não permitem relacionar, pelo menos de forma directa e imediata, sem consulta à totalidade dos processos, o que é impraticável, em tempo útil, para 496 processos, as solicitações apresentadas com os respectivos prazos de resposta, quando os mesmos são interrompidos.

Ou seja, o sistema de gestão documental só por si não está vocacionado para a verificação do cumprimento dos prazos legais acima mencionados, devido às interrupções de prazo, quando a apreciação das pretensões está dependente da entrega de elementos, formalmente solicitados aos requerentes, ou do prévio pagamento das taxas devidas, quando aplicáveis. Esta questão poderia ter sido ultrapassada com a criação dos *workflows administrativos*, o que não foi possível até a esta data por falta de recursos internos com competências para o fazer, a que se junta a incapacidade financeira para

contratar estas mesmas competências no exterior.

Acresce assinalar ainda as perturbações resultantes da mudança de instalações, em Dezembro de 2008, incluindo a reorganização do arquivo, e o fim da prestação de serviços jurídicos que apoiavam directamente a DSOT, o que também ocorreu em Dezembro de 2008, ambas as ocorrências com repercussões na celeridade de apreciação das pretensões.

Consciente deste enquadramento bastante desfavorável encetou-se o processo de reformulação do objectivo nº 5 tendo sido remetido para os vossos serviços o fax n/ referência nº ADM-2009-001693 de 27/11/2009, não tendo o mesmo produzido qualquer efeito porque possivelmente a proposta apresentada não foi razoável e foi apresentada numa data já tardia.

À luz do que precede, creio ser facilmente explicável, porque é que este objectivo foi apenas cumprido "em média", ou parcialmente se analisado sector a sector, já que nem todos os sectores conseguiram situar-se acima da fasquia pretendida (na DSOT o desempenho situa-se abaixo do objectivo).

Com os melhores cumprimentos

O Presidente

João Varejão Faria

ANEXO

QUESTÕES REGISTADAS NO SISTEMA INFORMÁTICO DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

SIRJUE 2009

CCDR EEAC (REN)

	Total processos	Dentro do prazo	Fora do prazo*
Vila do Bispo	7	2	5
Monchique	0	0	0
Lagos	0	0	0
	7	2	5

CCDR COORDENADORA

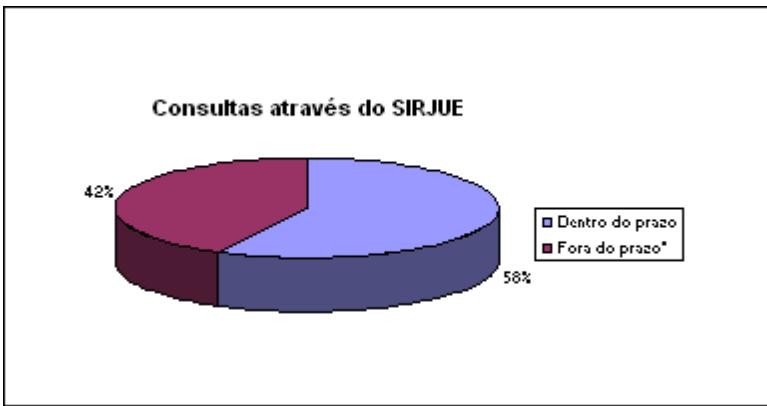
	Total processos	Dentro do prazo	Fora do prazo*
Vila do Bispo	19	13	6
Monchique	0	0	0
Lagos	0	0	0
	19	13	6

TOTAIS

26

15

11



As respostas (42%) fora de prazo foram assim classificadas porque não foram submetidas na plataforma devido a problemas técnicos associadas à assinatura certificada. Na realidade, as respostas foram todas elaboradas dentro do prazo e remetidas às autarquias em versão papel, mas não foram submetidas no prazo na mencionada plataforma.